

SECRETO

N.º 104

ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO

DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

1100 9 66

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às dez horas e dois minutos, na cidade de BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, no PALACIO DO PLANALTO, realizou-se a quadragésima sessão do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, Presidente da República, e com a presença dos seguintes membros:

Doutor PEDRO ALEIXO, Vice-Presidente da República, General-de-Brigada JAIME PORTELA DE MELLO, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário - Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, Deputado RONDON PACHECO, Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil, Doutor LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA Ministro da Justiça, Almirante-de-Esquadra AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD, Ministro da Marinha, General-de-Exército AURÉLIO LIRA TAVARES, Ministro do Exército, Deputado JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, Ministro das Relações Exteriores, Doutor ANTONIO DELFIM NETTO, Ministro da Fazenda, Coronel MÁRIO DAVID ANDREAZZA, Ministro dos Transportes, Doutor IVO ARZUA PEREIRA, Ministro da Agricultura, Deputado TARSO DE MORAIS DUTRA, Ministro da Educação e Cultura, Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO Ministro do Trabalho e Previdência Social, Marechal-de-Ar MARCIO DE SOUZA E MELLO, Ministro da Aeronáutica, Doutor LEONEL TAVARES MIRANDA, Ministro da Saúde, Deputado JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Ministro das Minas e Energia, General-de-Divisão EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA, Ministro da Indústria e Comércio, Doutor HELIO MARCOS PENNA BELTRÃO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, General-de-Divisão AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA, Ministro do Interior, Professor CARLOS FURTADO DE SIMAS, Ministro das Comunicações, General-de-Divisão EMÍLIO GARASTAZU MEDICI, Chefe do Serviço Nacional de Informações, Tenente-Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENERE WANDERLEY, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante-de-Esquadra JOSÉ MOREIRA MAIA, Chefe do Estado Maior da Armada, General-de-Exército ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado Maior do Exército e Tenente-Brigadeiro CARLOS ALBERTO HUET DE OLIVEIRA SAMPAIO, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica. -----

.....  
PRESIDENTE - Pela primeira vez, neste Governo, reúne-se o Conselho de Segurança

SECRETO



**SECRETO**

- 2 -

Nacional. Sua composição inclui, Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, os Chefes dos Gabinetes Militar e Civil, todos os Ministros de Estado, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e os Senhores Chefes dos Estados Maiores das três Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Em primeiro lugar, apresento meus cumprimentos a todos os membros do Conselho, declarando aberta a sessão de hoje. Vai ter a palavra, o Senhor Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, que acumula essa função com as de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. A pauta dos trabalhos prevê apenas a apresentação da proposta de diretrizes do Governo no campo de energia nuclear. Passo a palavra ao Secretário-Geral.

.....

**CHEFE DO GABINETE MILITAR -** Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional (leitura) - Excelentíssimos Senhores: A cinco de maio deste ano o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ARTHUR DA COSTA E SILVA, traçou a orientação geral do Brasil, no campo da Energia Nuclear. Foi seu primeiro ato concreto, confirmatório de pronunciamentos públicos anteriores, a que, num crescendo lógico, sucederam-se outras medidas e decisões que culminaram nas DIRETRIZES ora em estudo. Naquela ocasião, Sua Excelência, apreciando estudo elaborado por esta Secretaria-Geral, exarou o seguinte Despacho: (leu com maior ênfase e mais pausadamente) "HUM - Autorizo as medidas propostas. Deve ser declarado, no ato da assinatura por escrito, o entendimento definitivo que temos do artigo dezoito do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina". (pausa) - Medidas Propostas - Para o "Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina" - TRATADO DO MÉXICO - as medidas propostas pela Secretaria-Geral foram: - Assinar o Tratado; Aguardar a implementação das condições impostas pelo BRASIL, pela ARGENTINA e por outros países, para ratificação e vigência; - Declarar, por escrito, no ato de assinatura, o entendimento do artigo dezoito, que o Brasil tem por definitivo; - Dar cobertura junto ao público interno, mediante ação coordenada do Ministério das Relações Exteriores, Conselho de Segurança Nacional e Conselho Nacional de Energia Nuclear; - Apoiar as providências já adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores através NOTA CONFIDENCIAL distribuída às nossas representações di-

**SECRETO**



SECRETO

N.º 105

- 3 -

plomáticas na área latino-americana; - Reforçar as providências já tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores, no exterior, enviando uma delegação itinerante aos países latino-americanos, particularmente ARGENTINA, CHILE, PERÚ, COLOMBIA, VENEZUELA, EQUADOR, URUGUAI, e PARAGUAI. Essa delegação deve ser composta por:- Representante do Ministério das Relações Exteriores; - Representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; - Representante do Conselho Nacional de Energia Nuclear; - Representante do Serviço Nacional de Informações e Representante do Estado Maior das Forças Armadas. Elaborar uma DIRETRIZ com base na decisão presidencial, abrangendo tôdas as teses e posições defendidas pelo BRASIL, na forma da LINHA DE AÇÃO ADOTADA. Distribuí-la para orientação de todos os órgãos que têm ligação com a Política Nacional de Energia Nuclear.

Para a "Conferência do Desarmamento em Genebra" as medidas foram: - Entrar em entendimentos de caráter preliminar, com os países não nucleares que estejam em posição semelhante à do BRASIL, a fim de coordenar uma ação comum na defesa do direito pleno à utilização pacífica da energia nuclear, inclusive, o que é indispensável à realização de explosões pacíficas para fins de desenvolvimento. Incentivar alguns desses países (SUÉCIA, ALEMANHA, e outros) a defender o direito de proceder a explosões para fins pacíficos, mediante a possibilidade de um esforço conjunto para a ligação de bacias hidrográficas, ou outras obras de vulto em território brasileiro. - Entabular conversações preliminares com a FRANÇA, com o mesmo propósito. - Mesmo procedimento em relação aos países não alinhados, por intermédio de nossos representantes em GENEBRA. - Buscar respaldo às teses do Brasil, com vistas à Conferência de GENEBRA, junto aos países latino-americanos, preferencialmente ARGENTINA, VENEZUELA, URUGUAI e PERÚ; esse respaldo ideal seria a obtenção de um "POSITION PAPER" de cada país; a obtenção desses apoios colocará o BRASIL como o verdadeiro representante da AMERICA LATINA em detrimento do MÉXICO e em reforço à nossa posição junto aos não-alinhados. - Apoiar as providências já adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores através NOTA CONFIDENCIAL distribuída às nossas representações diplomáticas na área latino-americana. - Dar cobertura junto ao público interno mediante ação coordenada do Ministério das Relações Exteriores, Conselho de Segurança Nacional e Conselho Nacional de Energia Nuclear. - Reforçar as providências já tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores, no exterior, envian-

SECRETO



SECRETO

- 4 -

do uma delegação itinerante aos países latino-americanos, particularmente ARGENTINA, CHILE, PERU, COLOMBIA, VENEZUELA, EQUADOR, URUGUAI e PARAGUAI. Essa delegação deve ser composta por:- representante do Ministério das Relações Exteriores;- representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;- representante do Conselho Nacional de Energia Nuclear; - representante do Serviço Nacional de Informações e representante do Estado Maior das Forças Armadas. - Elaborar uma DIRETRIZ com base no presente estudo, abrangendo todas as teses e posições defendidas pelo BRASIL, e conforme a decisão presidencial em relação ao TRATADO DO MÉXICO. Distribuí-la a todos os órgãos que tenham ligação com o assunto, em tempo útil, com vistas à orientação a ser adotada em GENEVRA.- Determinar aos representantes brasileiros em GENEVRA, e ao Ministério das Relações Exteriores que mantenham o governo permanentemente atualizado sobre o andamento da Conferência. - Decidir quando a situação estiver esclarecida, face ao texto definitivo do Tratado. (pausa)(Leu com maior ênfase e mais pausadamente)-DOIS - Remeta-se ao Ministério das Relações Exteriores o Estudo procedido pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, para orientação quanto às providências a serem adotadas com relação ao Tratado do México e à Conferência do Desarmamento em Genebra.(pausa) - Retrospecto. Antes de entrarmos, propriamente, no mérito dessas DIRETRIZES, julgamos por bem fazer um retrospecto para caracterizar pontos que julgamos básicos e essenciais. A dois de dezembro próximo será comemorado o vigésimo quinto aniversário da primeira reação em cadeia nuclear, isto é, em mil novecentos e quarenta e dois, há vinte e cinco anos, o mundo ingressava na Idade Atômica. O Brasil tratou, oficialmente, do assunto em mil novecentos e quarenta e sete, quando buscou cuidar daquilo que já se admitia possuímos, ou seja, criou a COMISSÃO DE ESTUDOS E FISCALIZAÇÃO DOS MINERAIS ESTRATÉGICOS, para controle governamental dos minerais de urânio e tório. Em mil novecentos e cinquenta e um, pela Lei número mil trezentos e dez, foram fixadas normas de exportação de urânio, tório e de seus compostos minerais, sendo taxativamente prescrito que a exportação seria efetivada "mediante acordos internacionais, governo a governo". Em mil novecentos e cinquenta e dois foi instituída a COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE MINERAIS ESTRATÉGICOS, subordinada ao Ministério das Relações Exteriores. Em mil novecentos e cinquenta

SECRETO



SECRETO

N.º 106

- 5 -

e três a Secretaria-Geral d'este Conselho defendia, em Exposição de Motivos e outros documentos, a tese de que o Brasil deveria receber compensações específicas, pelo fornecimento de minerais estratégicos, precipuamente destinadas "ao aparelhamento do Brasil para a era atômica". Preconizava, ainda, que toda exportação deveria ser subordinada, exclusivamente, ao fomento do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial das questões nucleares, enquanto não houvesse decisão em contrário do Conselho de Segurança Nacional. Em mil novecentos e cinquenta e quatro a Secretaria-Geral, preocupada com o assunto e atente aos altos interesses nacionais elaborou um projeto de "DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA NACIONAL DE ENERGIA ATOMICA". Como resultado desses esforços sucessivos, em mil novecentos e cinquenta e seis, o Conselho de Segurança Nacional, baseado em parecer da "COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A POLITICA DE ENERGIA NUCLEAR", chegou a conclusões e recomendações que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República aprovou e adotou, transformando em "DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS PARA A POLITICA NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR". Com base nessas Diretrizes veio a ser criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN - pelo Decreto número quarenta mil cento e dez, desse mesmo ano. Finalmente, em mil novecentos e sessenta e dois, pela Lei número quatro mil cento e dezoito, foi reestruturada essa COMISSÃO, atribuindo-se-lhe o "status" que mantém até hoje. (pausa) - Fundamentos da Política de Governo - Com vistas ao estabelecimento da política do Governo, no campo da energia nuclear, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República determinou que esta Secretaria-Geral elaborasse estudo específico. Que atentasse para os pontos fundamentais abaixo enumerados, os quais já haviam servido de base para os trabalhos desta mesma Secretaria-Geral, propiciadores da decisão acima transcrita, orientadora da assinatura do Tratado do México e da atitude de nossa representação em Genebra. Primeiro fundamento: O direito de utilizar a energia nuclear, para fins pacíficos, como fator preponderante do desenvolvimento nacional, como suporte de nossa Segurança e perspectiva de progresso para toda a América Latina. - Segundo fundamento: A colaboração de países mais adiantados no assunto, para estabelecer uma técnica nacional e implantar uma indústria nuclear em nosso território. - Terceiro fundamento: A cooperação com países em nível técnico equivalente ao nosso, particularmente os da América Latina. - Quarto fundamento: A delimitação, no tempo e no espaço dos ob-

SECRETO



SECRETO

- 6 -

jetivos, das responsabilidades e das atribuições, das medidas e das condições de execução necessárias ao estabelecimento de uma política. - Quinto fundamento: Um planejamento racional, objetivo e realista, tendo por base as nossas necessidades e as nossas reais disponibilidades. - Sexto fundamento:- A utilização judiciosa e uma precisa coordenação dos meios e equipamentos já disponíveis, concentrando esforços, na fase inicial, nos centros já existentes, no RIO DE JANEIRO, em SÃO PAULO e em BELO HORIZONTE. - Sétimo fundamento:- A situação e a reorganização da COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, de conformidade com os princípios fundamentais estabelecidos pelo Decreto-Lei número duzentos, de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, "Reforma Administrativa" e com base nas presentes Diretrizes. - Oitavo fundamento:- A firme determinação do BRASIL em colaborar para a proscrição de armas nucleares, em todo o mundo, em defesa da paz mundial, mediante o estabelecimento de tratados elaborados no seio das organizações internacionais a que pertencemos; adoção de medidas objetivas, realistas e justas que, garantindo a consecução deste "desideratum", não venham a se transformar em meios para cerceamento do desenvolvimento de países considerados não nucleares. (pausa)

- As Diretrizes - Com base nesses fundamentos, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional elaborou a proposta para POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, consubstanciada nestas Diretrizes, tendo neste trabalho contado com a colaboração técnica do Ministério das Minas e Energia. Nelas, nitidamente, ficou evidenciado que a responsabilidade das atividades políticas cabe: - ao Presidente da República quanto à orientação geral; - ao Conselho de Segurança Nacional, quanto à supervisão à orientação e à coordenação; - ao Ministério das Minas e Energia, através da Comissão Nacional de Energia Nuclear, quanto à consecução; - ao Ministério das Relações Exteriores quanto ao assessoramento político-diplomático na elaboração e na firma de acordos e convênios com governos e entidades privadas estrangeiras e com organismos internacionais. Quanto às atribuições administrativas elas ficaram englobadas no Ministério das Minas e Energia, diretamente, ou através da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Cabe ainda ressaltar que, quanto às condições de execução foi preconizado o estabelecimento de programas quinquenais, anuais e setoriais e de projetos específicos. (pausa)

(terminou a leitura) - O documento chamado POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

SECRETO



SECRETO

N.º 107

- 7 -

- DIRETRIZES - elaborado pela Secretaria-Geral, foi distribuído a todos os membros do Conselho de Segurança Nacional na oportunidade da convocação desta sessão.

Eram essas, Senhor Presidente, as apreciações que me cabiam fazer como Secretário Geral do Conselho.

.....

PRESIDENTE - A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, como declarou o Secretário-Geral, distribuiu uma cópia do documento a cada membro do Conselho, seguramente, há trinta dias, houve, portanto, o tempo necessário para estudo, meditação e formulação de sugestões a respeito. Cada membro, principalmente aqueles mais diretamente ligados ao assunto, têm o dever, não digo o direito, de apresentar as sugestões, perante o Conselho, para que à luz dos debates, tenha o Presidente da República sugestões úteis para a sua decisão. O Conselho é um Órgão de consulta, não é Órgão de decisão, portanto não haverá aqui aquele procedimento próprio das Assembléias, a votação. O Conselho apresenta suas idéias ao Presidente da República que, assim, ficará em melhores condições de decisão sobre o assunto. Darei início aos debates por aqueles Ministros mais diretamente ligados ao assunto. Começaria pelo Ministro das Minas e Energia, a quem cabe, pela proposta de Diretrizes, a execução, diz o item três ponto hum ponto hum - (leitura): "ao Ministério das Minas e Energia, através da Comissão Nacional de Energia Nuclear, compete a consecução da política nacional de energia nuclear." Então, na prioridade estabelecida, tem a palavra o Ministro das Minas e Energia, para formular suas sugestões à proposta de Diretrizes, apresentada ao Conselho.

.....

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho, analisei, com o maior interesse, o documento básico, que me foi remetido pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. A princípio, Senhor Presidente, por ser um documento oriundo do Conselho de Segurança Nacional e tratando de política nacional de energia nuclear, achei-o detalhado demais. No entanto, depois de meditar nas implicações que tais Diretrizes trarão, no futuro, e, em se tratando de assunto grandemente em foco, achei que o documento devia ser mesmo como apresentado, isto é, minucioso. Outra observação de caráter geral é o papel atribuído ao Ministério das Minas e Energia, em muitos aspectos, como sendo de ponte entre o Governo

SECRETO

SECRETO

- 8 -

e a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Dá atribuições à Comissão, quanto ela, atualmente, é jurisdicionada ao Ministério. Discutindo o assunto com o Secretário-Geral do Conselho, Sua Excelência esclareceu-me que tal fato decorria da possibilidade de, pela Reforma Administrativa, vir a ser criado o Ministério da Ciência e Tecnologia, ao qual ficaria subordinada aquela Comissão, saindo, portanto, do Ministério das Minas e Energia. O próprio documento especifica algumas atribuições como específicas do Ministério e outras da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Como Ministro, não tenho quaisquer constrangimentos quanto à manutenção dessa situação. Analisando o documento em si, quanto ao item hum - Finalidades, julgo ser necessário um preâmbulo. Encontrei-o no próprio documento, no item três ponto hum: "Responsabilidades - O Governo brasileiro se reserva..." Talvez, esse item pudesse encabeçar o preâmbulo, assim: "O Governo do Brasil...", mudaria apenas a redação, porque o documento da Secretaria-Geral do Conselho diz: "O Governo brasileiro se reserva o direito de total exclusividade no que concerne à orientação e à execução de todas as atividades no campo da energia nuclear". Nesse período, verifiquei um pleonismo, ou seja, "total exclusividade". Talvez bastasse a palavra "exclusividade", que já diz tudo, a não ser que haja o desejo de maior ênfase. Quanto à orientação e execução, creio que o Governo não pode ter a seu cargo a execução de todas as atividades no campo da energia nuclear. Refiro-me, por exemplo, ao emprego de radioisótopos na Medicina e na Agricultura. Acredito não ser o Governo quem irá executar essas atividades. Daria, pois, nova redação a esse artigo, que poderia passar para o item hum - Finalidades - ou permanecer no próprio item três, caso o Conselho assim o decidir. O importante é a redação. A redação proposta então é a seguinte: "O Governo do Brasil se reserva, com exclusividade, o direito de desenvolver, objetivando uma condição de auto-suficiência, todas as atividades relacionadas com as aplicações da energia nuclear". Esta é a primeira observação. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Vossa Excelência tem essa proposta por escrito? -----

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA- Tenho. Quanto aos itens hum - Finalidades - e dois - Objetivos a atingir -, não tenho a observação. Item dois ponto dois ponto três diz o documento básico: "Produzir os combustíveis nucleares necessários ao atendi-

SECRETO



SECRETO

N.º 108

- 9 -

mento das necessidades", entendo que a redação não é conveniente. Sugiro "combustíveis nucleares correspondentes ou suficientes", apenas trocar o adjetivo para não haver a redundância de necessários com necessidades. É apenas problema de redação. Ao item três ponto hum, analisado inicialmente, daria uma redação diferente. Ao item três ponto hum ponto hum, daria a seguinte redação: "Ao Ministério das Minas e Energia compete, através dos órgãos que lhe são jurisdicionados e, em particular, à Comissão Nacional de Energia Nuclear, o planejamento e a execução da política nacional de energia nuclear". Referindo-me aos órgãos que lhe são jurisdicionados, quero dizer, quando o Brasil elaborar um projeto para instalar uma central nuclear para produção de energia elétrica, a Comissão Nacional de Energia Nuclear trabalhará em ligação com a Eletrobrás, que seria o órgão que construiria e depois operaria a instalação. Considero, então, que outros órgãos do Ministério deverão ser interessados no problema. Quanto ao assunto prospecção, tanto a Comissão de Energia Nuclear, quanto o Departamento Nacional de Produção Mineral, que é outro órgão do Ministério, tratam do assunto. Julgo pois, demonstrado ser necessária essa modificação. Quanto ao item três ponto dois, o documento prevê as ligações com os Ministérios, "através da Comissão Nacional de Energia Nuclear ...". Julgo que essas ligações deveriam ser feitas no escalão ministerial, e não através da Comissão. É apenas uma questão de mudança de redação e de localização no documento, ficando essas ligações a cargo do Ministério.

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Todos os outros itens, a não ser esse das ligações, podem ficar como estão, através da Comissão. Elaborar programas ... Estabelecer prioridades .. Interessar entidades.....

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Essas ligações, sendo do âmbito ministerial, talvez, dentro da própria ética do funcionamento, não deveriam ser deixadas a cargo da Comissão, pois seu Presidente não tem nem a mesma facilidade de ligação com o Ministro, nem a hierarquia suficiente ....

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Pode-se estabelecer outra redação de maneira a atender.  
.....

SECRETO

SECRETO

- 10 -

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Ainda no item três ponto dois, quando são estabelecidas as finalidades dessas ligações, pode-se ler: "Ministério da Indústria e do Comércio, visando a comercialização de materiais físséis e férteis, a implantação da indústria ligada ao setor nuclear, a garantia da técnica nacional, após audiência do Conselho de Segurança Nacional". A lei que criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear atribui, à Comissão, todo esse aspecto de comercialização de materiais físséis e férteis. No caso tratá-se apenas de entrosamento, faço a observação, mas julgo interessante a permanência do item como está. Acho importante, no que se relaciona com o Ministério da Indústria e do Comércio, o incentivo à participação da indústria nacional no campo da energia nuclear, o qual vejo preconizado na expressão "a implantação da indústria ligada ao setor nuclear". Quanto ao Ministério da Agricultura, julgo existir um pequeno detalhe desnecessário (leitura) "Ministério da Agricultura, visando estudo" (faz uma observação) - aí devia ser visando ao estudo - e "pesquisas relacionadas com a aplicação da energia nuclear às atividades agropecuárias". Pararia aí, o detalhe "combate a pragas e insetos daninhos" permanecendo, implicaria na inclusão de outros detalhes, também desnecessários. A referência às atividades agropecuárias naturalmente inclui o combate a pragas e insetos daninhos.....

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Exatamente, a especificação desse detalhe implicaria na especificação de outros.....

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - (Leitura) - "Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares. Visando coordenar (faz nova observação à regência do verbo visar) - aliás o verbo é intransitivo. Quem visa, visa a ... Com relação ao Estado Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares, talvez fôsse mais aconselhável separá-los em itens diferentes: Minha sugestão, nesse sentido, é a mesma do Ministério da Marinha. A meu ver, o Estado-Maior das Forças Armadas e os Ministérios Militares têm atividades diferentes, nesse particular. Relativamente ao mesmo item, (leitura) "visando a coordenar a utilização das organizações militares de ensino, pesquisa, fabricação e logística, na formação do pessoal e no desenvolvimento de técnicos e equipamentos especiais no setor. O documento é secreto

SECRETO



SECRETO

N.º 109

- 11 -

mas quem o ler, poderá deduzir que o Brasil está se preparando para a bomba. Certa  
mente haverá essa exploração quanto à expressão "na formação de pessoal, no desen  
volvimento de técnicas e equipamentos especiais no setor", no item Ministérios Mi  
litares. Talvez fôsse o caso de se modificar para "equipamentos relacionados com  
aplicações pacíficas da energia nuclear no setor".-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Equipamentos relacionados com as aplicações pacíficas  
da energia nuclear no setor. -----

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - É um ponto sujeito a discussões, talvez que esse  
documento devesse ser mais genérico, sem especificar esse detalhe; mas o Brasil,  
pelos pronunciamentos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, do Senhor  
Ministro das Relações Exteriores e, mesmo meus, vêm dando ênfase às aplicações  
pacíficas... ao emprego pacífico... Creio que seria conveniente essa alteração.---

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O Brasil está prêso a convênios estabelecidos.-----

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Quanto ao mais, relativamente ao documento, não te  
nho outras observações a fazer. Apenas um aspecto quanto ao sentido do termo pes  
quisa ou prospecção. O termo prospecção é considerado mais amplo, mais genérico  
do que o termo pesquisa. É uma questão de redação. Em alguns lugares, talvez -  
fôsse interessante substituir a palavra pesquisa por prospecção. São essas Senhor  
Presidente as observações que tinha relativamente ao documento. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Vossa Excelência tem essas observações por escrito. Pe-  
ço que as entregue, depois, à Secretaria-Geral para que possamos analisá-las com  
mais vagar. Pelo item três ponto hum ponto dois "ao Ministério das Relações Exte  
riores incumbirá, etc. etc...." motivo pelo qual dou a palavra ao Senhor Minis-  
tro das Relações Exteriores. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conse-  
lho. Em primeiro lugar, desejo congratular-me, com a Secretaria-Geral do Conse-  
lho de Segurança, pelo trabalho detalhado apresentado, e que basicamente reflete

SECRETO

SECRETO

- 12 -

um estudo sério e minucioso de matéria que, nesta hora, realmente vem preocupando todos os países. Como todos sabem, acabo de chegar de várias reuniões internacionais, e, em todas elas, o assunto dominante, o assunto nervoso, é esse. Sabemos, nesta hora, que as duas grandes potências nucleares se entenderam sobre o assunto e que o número dos países que não possuem a energia nuclear e que a querem utilizar, é por outro lado muito grande, precisando, por isso, se organizarem, saberem exatamente o que querem e caminharem firmemente para os objetivos desejados. O Brasil, nos vários pronunciamentos feitos, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, de acordo com instruções de Vossa Excelência, tem reiterado o desejo da utilização da energia nuclear para fins pacíficos. Aliás, o Tratado do México, proscreeve o aproveitamento da energia nuclear para fins bélicos, mas autoriza sua utilização para fins pacíficos. Os vários entendimentos de que tenho participado, têm sido difíceis. Vamos ter muitas dificuldades. Esse é um novo campo que surgiu para o desenvolvimento e os grandes países, que são os senhores da energia nuclear, pelo desenvolvimento que alcançaram através dela, dificilmente desejariam ceder terreno. Há essa alegação permanente, o conhecimento total do assunto fará com que os países possam facilmente fabricar a bomba atômica. O Brasil, apesar de sua tradição pacífica, por mais que o diga, não tem sido compreendido. Acho, Senhor Presidente, que estamos no caminho certo ao examinarmos esse assunto com a maior seriedade. O meu Ministério também examinou o trabalho apresentado e elaborou algumas emendas, às quais já trouxe por escrito e, com a licença de Vossa Excelência, mandarei distribuir aos Senhores Ministros, para que mais facilmente eles possam examiná-las. Muitas das emendas que vou apresentar já foram tratadas pelo meu ilustre colega, Ministro Costa Cavalcanti. Repito-as, no entanto, para que a Secretaria-Geral do Conselho na elaboração do documento definitivo aprecie tudo que foi apresentado e aproveite as emendas mais objetivas. Vamos, pois, a leitura do trabalho de meu Ministério que cita inicialmente o texto analisado e, a seguir, o texto sugerido e justificativa. Item hum - Finalidades: "Estabelecer as medidas de base, bem como as de coordenação e de controle, necessárias ao empreendimento de programas de desenvolvimento no campo da energia nuclear; - Precisar a participação de órgãos públicos, bem como de entidades privadas, no cumprimento dessas medidas, tudo visando a utilização dessa forma

SECRETO



SECRETO

N.º 110

- 13 -

de energia e dos conhecimentos técnicos e científicos decorrentes em benefício do desenvolvimento e da segurança nacionais", nossa emenda diz: "Promover, a curto e longo prazo, com alto nível de prioridade a aplicação irrestrita da energia nuclear, para todas as finalidades pacíficas, como acelerador do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do país". Justificativa: "A formulação do projeto de diretrizes, no número hum - Finalidades - é antes uma enumeração sintética dos meios e modos de atingir os fins da política nacional de energia nuclear. Uma enumeração no preâmbulo parece inadequada, visto que o projeto contém em pormenor a descrição das medidas e objetivos parciais colimados. O texto proposto define o objetivo geral, introduz a noção de prioridade e ressalva o direito à irrestrita utilização da energia nuclear para fins pacíficos". Esta é a primeira emenda.

A segunda é no item dois ponto hum ponto dois: "Intensificar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a industrialização, a estocagem e a comercialização de minerais e minérios nucleares". Nossa emenda diz: "Intensificar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a industrialização e a estocagem de minerais e minérios nucleares, bem como controlar a comercialização dos mesmos". Justificativa: - "No tocante à comercialização parece ser necessária a ênfase no contrôle, para a formação de reservas de segurança." O item dois ponto hum ponto três: "Ampliar e equipar os centros nacionais de pesquisa e de ensino que se dedicam ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia nuclear." Nossa emenda diz: "Ampliar e equipar os centros regionais de pesquisa e de ensino que se dedicam ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia nuclear, bem como assentar as bases para a implantação de um Centro Nacional integrado". Justificativa: "Existe a necessidade de poupar recursos e evitar duplicação de esforços mediante perfeito entrosamento das pesquisas que hoje se fazem em centros regionais dispersos. Esse entrosamento, porém, seria ainda mais perfeito com o estabelecimento de um Centro Nacional, totalmente integrado, nos moldes do que a França tem, em Saclay, ou a Alemanha, em Julich. Um Centro Nacional em que o ensino e pesquisa científicos fôssem integrados poderia beneficiar também os países vizinhos do continente e permitiria que a colaboração dos países mais avançados fôsse mais eficazmente aproveitada": (interrompe a leitura). Senhor Presidente, tenho aqui, e depois passarei à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, documentação desses dois Centros, da Alemanha e da

SECRETO

SECRETO

- 14 -

França. Esses centros integrados poupariam muitos esforços e fariam com que os cientistas trabalhassem em maior harmonia, trocando idéias, etc. Temos atualmente três centros: Guanabara, São Paulo e Belo Horizonte, que seriam os centros tradicionais equipados, mas devíamos visar a uma integralização, em local adequado, que no Brasil seria a Capital Federal. O item dois ponto hum ponto cinco (leitura): "Estudar a instalação de novos reatores de pesquisa e de potência, necessários ao empreendimento dos programas a serem estabelecidos". Nossa emenda diz: "Promover a instalação de novos reatores de pesquisa, necessários ao empreendimento dos programas a serem estabelecidos". Justificativa: "Não há, por enquanto, reatores de potência no País. Tendo em vista o que ficou disposto nos itens dois ponto hum ponto dois, dois ponto hum ponto três e dois ponto hum ponto quatro, acredita-se seria necessário e factível, a curto prazo, ampliar, efetivamente, (e não apenas estudar) a fabricação nacional de reatores de pesquisa". O item dois ponto hum ponto seis: "Estudar a oportunidade, dimensão e local da instalação de um reator de potência, com vistas à produção de energia elétrica". Nossa emenda diz: "Promover a instalação de um reator de potência para a produção de energia elétrica". Justificativa: "Já é do domínio público que a Comissão constituída pelo Conselho de Segurança Nacional, Ministério das Minas e Energia e Comissão de Energia Nuclear, incumbida pela Presidência da República de estudar a oportunidade da instalação de um reator de potência, conclui pela conveniência de um reator de quinhentos megawatts para a região Centro-Sul do País". "Nesse sentido, mais do que do estudo da oportunidade, da dimensão ou do local, trata-se, efetivamente, da implantação do reator." O item dois ponto hum ponto oito: "Estabelecer um sistema de salvaguarda que proteja o desenvolvimento nuclear nacional". (comentando) - Parece haver emenda da Marinha nesse sentido, fiz apenas um comentário. (Leitura) "Torna-se necessária nova redação que esclareça o sentido da expressão "sistema de salvaguarda" que proteja o desenvolvimento nuclear nacional". Trata-se de medidas técnicas de proteção contra os riscos pessoais e materiais inerentes à utilização da energia nuclear ou de dispositivo relacionado com o sistema internacional de salvaguardas, de forma a que sua aplicação não afete o "desenvolvimento nuclear nacional"? Nesse último caso, não poderia ser o "estabelecimento de um sistema próprio", mas sim a definição de uma política em relação aos sistemas internacionais de salvaguarda e-

SECRETO



SECRETO

N.º 111

- 15 -

xistentes e aceitos pelo Brasil" (comentado). Este é um assunto que merecerá estudo. Nas medidas a longo prazo, o item dois ponto dois ponto quatro (lendo): "Ampliar a utilização da energia nuclear, para fins pacíficos, em todos os setores da atividade nacional". Sugerimos "acrescentar" em continuação à palavra "nacional", o seguinte: "Prevendo, inclusive a fabricação própria, eventual e futura, de artefatos nucleares pacíficos para emprego em obras de engenharia geográfica, em mineração e outras finalidades comprovadas de desenvolvimento econômico". Justificativa: "É imprescindível que o documento inclua, entre os objetivos a longo prazo, uma das formas de aplicação de energia nuclear que o Governo brasileiro se empenha em preservar nas negociações internacionais e à qual atribui especial importância. O direito à pesquisa irrestrita para fins pacíficos é ponto básico da política nuclear defendida pelo Governo Costa e Silva". -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Creio que essa emenda entra demasiado em minúcias, porque, quando se diz: "ampliar para fins pacíficos, em todos os setores da atividade nacional", tudo está incluído. Acho que uma diretriz não deve entrar nessas minúcias, seria tarefa a ser prevista pelo executante da diretriz. Caso contrário, será um documento que foge à norma de diretriz. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Parece detalhar um pouco, no entanto, minha emenda, pretendendo ampliar parece restritiva. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Ampliar a utilização da energia nuclear para fins pacíficos... abrange tudo. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Senhor Presidente, nosso acréscimo, prevendo inclusive a fabricação própria foi feita porque, os países nucleares estão combinando em não deixar que haja essa fabricação própria, em nosso País, e sim o empréstimo. Eles desejam emprestar o explosivo nuclear e não permitir que o fabriquemos. É apenas uma sugestão. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Essa emenda vai detalhar demais a Diretriz que já está

SECRETO

SECRETO

- 16 -

bastante minuciosa, porém a idéia é boa e poderá ser aproveitada quando se regulamentar o órgão encarregado da execução. Talvez, antes que possamos fazê-lo, precisaremos de um empréstimo. Não quero dizer que vamos deixar de promover essa oportunidade, da fabricação própria. -----

.....

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Acrescentamos um cronograma da execução, o item dois ponto três (leitura): "Estabelecer um cronograma de execução das medidas a curto e longo prazo propostas nestas diretrizes". Porque aqui se fala em cinco anos, e isso não é certo. Este dispositivo deverá aparecer ao final, estabelecendo projetos e instalações a longo e curto prazo. Na política de Consecução, o item três ponto hum: "O Governo brasileiro se reserva o direito de total exclusividade no que concerne à orientação e à execução de todas as atividades no campo da energia nuclear". A nossa emenda diz: "O Governo brasileiro se reserva o direito de total exclusividade no que concerne à orientação e à execução de todas as atividades no campo da energia nuclear". Justificativa: "O primeiro parágrafo do item pode ser interpretado como excluindo a indústria privada de "todas as atividades no campo da energia nuclear", pois que reserva ao Governo "a exclusividade não só da orientação, mas também da "execução" das atividades referidas. Parece também contraditório com outros dispositivos do mesmo documento, que visam a estimular a iniciativa privada, como por exemplo, dois ponto hum ponto quatro, três ponto dois ponto dois (três) e três ponto três ponto quatro. (comentando) - Aliás, o Ministro das Minas e Energia falou até sobre a medicina. Ainda quanto à política de consecução "ao Ministério das Relações Exteriores incumbirá assessorar, quanto ao aspecto político-diplomático, a elaboração e a firma de acordos e convênios com governos e entidades privadas estrangeiras e com organismos internacionais, necessários à execução dos programas estabelecidos, após audiência do Conselho de Segurança Nacional". A nossa emenda seria: "Ao Ministério das Relações Exteriores incumbirá negociar, em consulta com os órgãos interessados, a elaboração e a assinatura de acordos e convênios com governos e entidades privadas estrangeiras, necessárias ou úteis à execução dos programas estabelecidos". Justificativa: "As funções do Ministério das Relações Exteriores na matéria não são as de "assessorar, quanto ao aspecto político-diplomático, a elaboração e a firma de acordos e

SECRETO



SECRETO

N.º 112

- 17 -

e convênios." Na verdade, é a própria função negociadora que incumbe ao Ministério das Relações Exteriores, este sim, devidamente assessorado, quando necessário. Tais negociações devem ser, normalmente, de iniciativa da Comissão Nacional de Energia Nuclear. É natural, entretanto, que o Itamaraty, ao acompanhar a evolução das questões nucleares no exterior ou movido por interesses decorrentes das relações do Brasil com outro país, possa tomar a iniciativa de negociações. Ao desincumbir-se dessas funções, o Itamaraty, evidentemente, agirá de acordo com a Política Nacional de Energia Nuclear, fixada pelo Governo, e em consulta nos momentos apropriados, com os demais órgãos interessados. Não há razão para estabelecer a obrigatoriedade da prévia consulta, em todos os casos, ao Conselho de Segurança Nacional. A maior parte dos acordos bilaterais muito se assemelham. São pouco mais do que manifestações de intenção, e não justificariam exame pelo Conselho de Segurança Nacional. Naqueles casos em que, pelas peculiaridades do acordo, fôsse conveniente a consulta formal, o Itamaraty teria todo o interesse em fazê-la. Além disso, o Presidente da República, em qualquer caso, antes de autorizar a conclusão do acordo, poderá pedir o parecer do órgão que julgue conveniente.". Quanto às atribuições, no item três ponto dois ponto hum: (lendo) - "Ao Ministério das Minas e Energia incumbe elaborar as propostas de modificação da legislação". A nossa proposta diz: "Propor ao Conselho de Segurança Nacional, após consulta com os demais Ministérios interessados no problema, a modificação da legislação em vigor, de modo a ajustá-las às normas das presentes diretrizes." Justificativa: "A legislação em vigor, bem como as presentes diretrizes sobre energia nuclear dizem respeito a atribuições de outros Ministérios. Nesse sentido, as propostas de elaboração da legislação, para ajustamento às presentes diretrizes, devem ser objeto de consulta prévia com os outros Ministérios interessados."

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - A proposta de Vossa Excelência, quando diz "em consulta com os órgãos interessados", inclui-se o Conselho de Segurança Nacional? -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - (interrompendo a leitura) - Quando o Presidente da República julgar conveniente, às vezes pode ser ouvido apenas a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.-----

SECRETO

**SECRETO**

- 18 -

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Quando se diz audiência do Conselho de Segurança, pode-se entendê-la por intermédio da Secretaria, que deve ser ouvida. Liberar o Ministério das Relações Exteriores de audiência do Conselho é o que não pode acontecer, porque ele poderá, algumas vezes, tomar iniciativas que não convenham ao conjunto da política nacional.-----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Esses acôrdos são tratados em intenção. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Tratados de intenções, mas ouvidos os órgãos de Segurança, é claro. O Ministério não pode tomar qualquer medida sem ouvir o Presidente da República. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Que seja apenas uma missão de assessoramento quando, na verdade, essa missão é específica do Ministério.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - É assessoramento porque, se há um órgão de execução, com ordenação, etc. interno, quando se passar para o campo internacional, ninguém mais autorizado que o Ministério das Relações Exteriores para acompanhar o assunto. Assessorar quanto ao aspecto político e diplomático, porque o Ministério das Relações Exteriores, evidentemente, não pode ser executor. O documento pode até ser preparado em outro órgão ou Ministério e ser entregue ao Ministério das Relações Exteriores para o assessoramento na parte política e diplomática. -----

.....  
MINISTRO DO EXÉRCITO:- Senhor Presidente, embora eu ache que os nossos Ministros, pessoalmente e os seus assessôres entendam de energia nuclear, as Organizações que por ofício, devem entendê-la, são oficialmente, as verdadeiras intérpretes dos interesses nacionais. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Por isso, a audiência do Conselho é necessária, essa audiência nem sempre significa uma reunião plenária. O Presidente da República pode ouvir o Conselho por consulta individual aos seus membros, em expediente elabo

**SECRETO**



SECRETO

N.º 113

- 19 -

rado pela Secretaria-Geral, que é o Órgão permanente que trabalha em nome do Conselho de Segurança Nacional, e é presidido pelo Presidente da República. Logo, o Presidente da República pode também ouvir o Conselho, por intermédio da Secretaria-Geral, atribuindo a esta a execução de estudos. Caso haja necessidade de um debate, como hoje, ele então faz uma reunião plenária. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Pretendemos examinar esse item separadamente dos outros, que tratam da competência da Comissão Nacional de Energia. O que nós queremos é negociar lá fóra, que julgamos da competência do Ministério das Relações Exteriores. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Do assessoramento no aspecto político e diplomático ninguém, a não ser o Ministério das Relações Exteriores, pode se incumbir. Pode negociar consultando os órgãos interessados, não pode tomar a iniciativa. Isto é, ao Ministério incumbe a atividade de negociar. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Senhor Presidente, vou citar dois exemplos: recentemente, em Assunção e em Washington, tive conversas diretas com os Ministros da Argentina e do Chile..... -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (interrompendo e falando simultaneamente) - O Senhor não negociou. O Senhor deveria trazer o que ouviu para ser submetido aos órgãos incumbidos desse estudo, para depois dizer.... -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - É a dúvida, Senhor Presidente, porque eu negocieei. Agora, vamos trazer, para cá o que foi negociado para exame dos órgãos técnicos. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O Senhor praticamente não negociou, o Senhor trocou idéias, o Senhor ouviu. O negociar implica na tomada de posição, de uma posição definida. Por exemplo, vamos negociar as relações da Marinha Mercante, então o órgão competente vai negociar e o Ministério do Exterior faz o assessoramento,

SECRETO

SECRETO

- 20 -

por se tratar de assunto de âmbito internacional. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Pediria a Vossa Excelência o exame mais detalhado do assunto.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Senhor Ministro, suas emendas estão muito boas, as justificativas são perfeitas. Vamos examiná-las detalhadamente. Apenas não desejamos a superposição.-----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - O item três ponto dois ponto dois (leitura): "Atrair capitais privados para os setores de utilização pacífica de energia nuclear." Nossa emenda propõe: "Atrair capitais privados nacionais para os setores de utilização pacífica de energia nuclear. Justificativa: "Tratando-se de matéria que afeta a segurança nacional, a exploração de energia nuclear, em todas as suas formas, deveria ser feita por capitais nacionais".-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Então seria o caso de não construirmos a Ilha Solteira, que vem sendo financiada por capitais privados estrangeiros, embora sejam de Bancos. As vezes precisamos recorrer a capitais privados estrangeiros por falta de capitais nacionais. Não poderemos parar obras importantes por essa razão.-----

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Poderia fazer uma observação. Se o Brasil quisesse agora construir um reator de potência, visando à produção de energia elétrica, a nossa indústria não teria condições de fazê-lo. Então teríamos que buscar no exterior, fazendo todas as análises, aquilo que mais nos conviesse. Seria esse um financiamento do exterior.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O capital pode ser estrangeiro.-----

.....  
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Senhor Presidente, apenas uma questão de ordem. Estou presumindo que estamos fazendo apenas uma leitura das emendas e que as observações serão feitas posteriormente. Alguns Ministros estão se

SECRETO



SECRETO

N.º 114

- 21 -

abstendo de fazer pronunciamentos...

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Exatamente. Cada um deve anotar suas observações para falar depois.

MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Houve emendas anteriores que mereciam observações.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - E ouvir com atenção, anotar as observações para apresentá-las no momento oportuno. Eu interfiro porque a palavra é minha, eu dou a palavra..

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES :- O item três ponto dois ponto dois (sete)(leitura) - "Autorizar a exportação de minerais, minérios ou concentrados que contenham em coexistência elementos nucleares, desde que necessário à implantação da infraestrutura nuclear, do país e, que não venha a afetar as necessidades nacionais, presentes ou futuras." "A redação poderia ser mais explícita, no sentido de que a exportação de minerais eventualmente se faria, tendo em vista obter do exterior assistência técnica e/ou equipamentos para a infraestrutura de energia nuclear do país. Em qualquer caso, seria aconselhável consulta prévia ao Conselho de Segurança Nacional." (comentário) - Entendemos, Senhor Presidente, que só deve ser admitida a exportação quando ela proporcionar alguma coisa que venha melhorar a nossa infraestrutura. Sugiro, pois, que o assunto seja melhor esclarecido. Não propusemos redação, sugerimos apenas que o que se pretenda fique bem claro, que vamos trocar os excedentes por equipamento da infraestrutura, e que, em qualquer hipótese, seria feito por consulta prévia ao Conselho de Segurança Nacional. Com relação ao item três ponto três - Medidas para âmbito interno, temos três ponto três ponto dois - (leitura): "Acionar e interessar o parque industrial brasileiro na fabricação de materiais e equipamentos, bem como na participação em projetos específicos, necessários à tecnologia nuclear." "Parece muito adequada a referência ao "parque industrial brasileiro", pois é este que deve ser incentivado para a fabricação de materiais e equipamentos necessários à execução da política nuclear traçadas pelas

SECRETO

SECRETO

- 22 -

presentes diretrizes. Vide observações outras, sobre a necessidade de interessar a iniciativa privada nacional no desenvolvimento da energia nuclear."

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - A redação está boa, estamos recebendo capitais estrangeiros sob a forma de empréstimo. Nós não aceitaremos, em hipótese alguma, a empresa mista nacional e estrangeira, no entanto, o capital estrangeiro para ajuda, como empréstimo, estamos aceitando em vários Estados. -----

.....  
MINISTRO DA FAZENDA - Realmente, de qualquer forma, fica muito indefinido, o que é o "parque industrial brasileiro". A Ford Motor do Brasil é do "parque industrial brasileiro"? -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Se está nacionalizada, é. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Mas o item três ponto três ponto quatro, esclarece: (leitura) - "Interessar pessoas físicas e jurídicas nessas atividades". Fazemos a mesma observação já feita para o item três ponto três ponto dois: "Caberia distinguir entre pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras, dado o interesse para a segurança nacional". -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Poderíamos estudar como se faz em outros países. Tenho a impressão de que o próprio americano lança mão dos russos. Existem espões que são condenados fora de seu país. No interesse da ciência, na área de pesquisas, não existe o problema de capitais. -----

.....  
MINISTRO DOS TRANSPORTES - Não adianta convocar técnicos de países atrasados. Precisamos da cooperação de países de técnica adiantadíssima, que podem trazer experiência, não havendo mal que saibam o que estamos fazendo. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Se permitirmos que firmas estrangeiras construam reatores, elas passam a situação de donos pelo controle que imporão. Senhor Presidente, o Ministro da Bélgica procurou-me para conversar sobre esse assunto. A dificuldade da Bélgica é que ela não deseja usar a energia nuclear, mas precisa de algumas aplicações e de acordo com o Tratado, ela será fiscalizada por um orga-

SECRETO



SECRETO

N.º 115

- 23 -

nismo internacional. O receio deles, é a possibilidade de furto de segredos industriais, em decorrência dessa inspeção fiscalizadora, com sérios prejuízos para a indústria belga na competição com outras indústrias. Estão atualmente no maior incômodo porque, tendo ao lado a França, como potência nuclear, eles, um pequeno país, dependente dos Estados Unidos, fizeram todos os acordos para a sua defesa com aquele País e agora os Estados Unidos fizeram um acordo com a Rússia e eles dizem: "Estamos indefesos". O problema é realmente sério e precisa ser estudado. Confesso que sou calouro no assunto e não pretendo trazer qualquer coisa em definitivo. Trata-se, a meu ver, de um campo novo, que está surgindo e deve interessar a todos os brasileiros porque significa o futuro. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - A objeção do Ministro da Fazenda é justa. Há necessidade da definição do que seja o parque industrial brasileiro. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Pusemos "pessoas físicas e jurídicas nacionais" -----

.....  
MINISTRO DA FAZENDA - Pessoa física e jurídica nacional é aquela que é constituída no Brasil, da qual podem participar acionistas estrangeiros. -----

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Caso fôsse excessiva a restrição para pessoas físicas que não necessitam obrigatoriamente ser nacionais, parece que a restrição seria conveniente para as pessoas jurídicas, que devem ser nacionais. -----

.....  
MINISTRO DA FAZENDA - Afinal, qual a definição de pessoa jurídica nacional? -----

.....  
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - É aquela constituída no Brasil. Pode inclusive ser de estrangeiro e ser tipicamente brasileira. -----

.....  
MINISTRO DA INDUSTRIA E DO COMERCIO - A indústria nacional é aquela que tem sede e fôro no Brasil, e, de acordo com a lei, ela tem certas vantagens quando o capital atinge certo limite de brasilidade. Por exemplo, a FORD, instalada em São Paulo, é um departamento da FORD Americana, Ford Motor S.A., quer dizer Ford Motor South

SECRETO

América e não Sociedade Anônima. Isto é uma burla à lei que agora, no Ministério, estou procurando corrigir. Não consentirei que essa burla se repita. A Ford, no seu registro, teria que dizer "Ford Motor South America". A definição, portanto, é: empresa nacional é aquela que tem sede e fôro no Brasil que, por outro lado, terá certas vantagens, de acordo com a legislação vigente, se tiver uma maior parte de capital nacional (murmúrio).-----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Dificilmente haverá condições de trabalhar nessa situação. -----

.....  
MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL - Creio que a Lei número dois mil e quatro, que regula a Petrobrás ainda não foi modificada. Nesse aspecto, havia barreiras intransponíveis para cidadãos não nacionais serem acionistas da Petrobrás. Já houve um razoável teste desde a promulgação da lei. Creio que o Conselho de Segurança Nacional pode avaliar se a objeção é conveniente ou não. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Com relação ao item três ponto quatro (leitura) "Medidas para o âmbito externo: Para consecução dos objetivos, os organismos federais responsáveis pela Política Nacional de Energia Nuclear, na esfera de suas atribuições, adotarão as seguintes medidas para atuação no âmbito externo, após audiência do Conselho de Segurança Nacional". Observação - "A negociação e a assinatura de acordos e tratados incumbe, exclusivamente, por prescrição constitucional ao Ministério das Relações Exteriores." A estruturação dada ao capítulo três ponto quatro e ao item três ponto quatro ponto um parece estender essa incumbência a outros órgãos de administração federal. Para a negociação e a assinatura de acordos e tratados, o Itamaraty se faz assessorar pelos Órgãos diretamente interessados. O item três ponto quatro ponto um: "Firmar acordos e tratados com os países nuclearmente desenvolvidos objetivando o aprimoramento e o equipamento técnico e científico nacionais". A nossa emenda propõe: "Substituir a expressão "com os países nuclearmente desenvolvidos" pela palavra "internacionais". Justificativa: "Além dos acordos com países mais desenvolvidos, pode ser aconselhável concluir acordos com: 1) países de desenvolvimento comparável ao do Brasil, com os quais haja inte



SECRETO

N.º 116

- 25 -

rêsse político especial em estabelecer cooperação no campo nuclear, como é o caso da Argentina e 2) países menos desenvolvidos do que o Brasil, como o Paraguai e a Bolívia, que sempre nos dispusemos a favorecer e atrair, por causa da nossa posição regional. A redação atual impediria, por exemplo, a constituição eventual de uma comunidade Latino-Americana do átomo. O item três ponto quatro ponto dois: "Os tratados, acôrdos e convênios a serem firmados no exterior, respeitarão as diretrizes e o espírito da Política Nacional de Energia Nuclear". A nossa emenda propõe acrescentar: "... e em nada deverão cercear o direito do Brasil à plena utilização da energia nuclear, sob tôdas as suas formas, para fins pacíficos, inclusive no tocante a explosivos nucleares." -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Isso está implícito. Essa declaração é um pouco redundante e agressiva, sem necessidade.-----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - É para nosso uso.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - É uma definição de política que já está dada e nada poderá cercear o direito de nosso País. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Vossa Excelência sabe o que está acontecendo em Genebra. Estão querendo cercear nosso direito, mas nós não vamos permiti-lo. Nessas conversas internacionais tenho sentido a grande pressão das potências nucleares.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - As diretrizes que estamos elaborando atenderão a todos os campos inerentes à energia nuclear. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Na última página, com relação ao item quatro ponto cinco ponto oito: "Estudar a instalação de um reator de potência com vistas à produção de energia elétrica". Nossa emenda propõe a substituição de "estudar" por "promover". -----

SECRETO

**SECRETO**

- 26 -

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - A promoção é precedida de estudo, é claro. No caso, estudar é promover.-----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Relativamente ao assunto, Senhor Presidente, a Comissão designada por Vossa Excelência já terminou seus trabalhos e apresentou sua conclusão, de modo que não é mais o caso de estudo. Finalizando, Senhor Presidente, quero transmitir algumas informações e notícias. O Governador Nelson Rockefeller, do Estado de Nova Iorque, mostrou-me parte de um estudo que está sendo feito para instalação de uma usina de 18 milhões de KW submarina, que dobrará a capacidade do Estado de Nova Iorque. Por este estudo a Alemanha pretende instalar uma usina de 300 mil quilwatts, que vai custar apenas cinquenta milhões de dólares, o que significa uma revolução no sistema convencional. Transmitirei esses dados ao Senhor Ministro das Minas e Energia para manuseio daquele Ministério e dos demais interessados. Considero que o mundo está no limiar de uma grande revolução para a qual deveremos estar preparados. Não poderemos perdê-la.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Tudo se faz em função das possibilidades econômicas e financeiras. Numa política sensata, devemos acabar o que está começado em matéria de hidrelétrica. A construção daquele monumento, que é a Ilha Solteira, não pode ser interrompida. Dizia, se não me engano, Sêneca que começar obra nova sem terminar as já começadas é próprio dos néscios. Temos de acabar as obras que estão em andamento. Não temos capacidade de realizar muita coisa, nem temos a preterição e nem queremos ser pioneiros em coisa nenhuma, antes de terminar obras que outros pioneiros iniciaram. Creio que um Governo, em nosso País, que conclua tudo o que já está começado será um grande prêmio. Imagino mesmo que não haverá tempo para este Governo realizar essa tarefa. Temos um exemplo frisante do Tronco Principal Sul, obra de interesse fundamental para o Brasil, que há vinte anos vem se arrastando à míngua de recursos. -----

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Desde mil novecentos e trinta e sete. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Há outra obra que se tornou célebre. Em mil novecentos

**SECRETO**



SECRETO

N.º 117

- 27 -

e nove, começou a ser construído o célebre Açude das Gargalheiras, no Rio Grande do Norte. Os ingleses iniciaram as obras construindo belas casas, em um canteiro de obras maravilhoso, mas o açude não saiu. Entregue à operosidade do Ministro Afonso, como Comandante do Grupamento, que a confiou ao então Major Pinho, hoje Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em três anos, o açude foi concluído e tomou o nome de Marechal Dutra. Aquela obra que desde mil novecentos e nove era um sorvedouro de dinheiro, concluída, está beneficiando a área árida e estéril de Siridó, que hoje produz e é muito próspera. Agradeço a colaboração preciosa do Senhor Ministro das Relações Exteriores. Pela ordem estabelecida dou a palavra ao Senhor Ministro da Educação e Cultura. -----

.....  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA—: Senhor Presidente, tenho dois tipos de observação a fazer. Tratarei de início das deficiências de redação do documento e a seguir do que compete ao Ministério da Educação e Cultura nas presentes Diretrizes. ....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O assunto está em boas mãos. -----

.....  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - É sabido que em matéria de competência tudo deve ficar perfeitamente estabelecido para se evitar os conflitos de atribuições e as superposições. Parece que a redação não atende perfeitamente êsse requisito relativamente à execução de uma política nuclear. Por exemplo, a palavra consecução não está sendo empregada no exato sentido. Consecução é o ato de conseguir e não se consegue uma política, promove-se uma política, executa-se uma política. Em apenas alguns casos dêsse estudo essa palavra tem adequado emprego. É apenas uma observação de caráter geral. Se verificarmos o que consta da página três na enunciação da política de consecução, feito o reparo relativo à palavra consecução, verificamos que o Conselho de Segurança e o Ministério das Minas e Energia têm atribuições idênticas. Ao Conselho de Segurança Nacional "cabe supervisionar, orientar e coordenar a política de consecução sobre a energia nuclear" e, ao Ministério das Minas e Energia "compete a consecução da Política Nacional de Energia Nuclear" que é a mesma coisa dita, com outras palavras. Creio, Senhor Presidente, que devia ser fixado um esquema de ação dos órgãos, relativamente à política nu-

SECRETO

SECRETO

- 28 -

clear. Caberia, em primeiro lugar, ao Presidente da República traçar a orientação geral, estabelecer a filosofia a ser seguida nessa matéria. É competência do Presidente da República traçar a orientação geral. Em segundo lugar, caberia ao Conselho de Segurança Nacional estabelecer as normas gerais, são normas práticas de ação, normas gerais para supervisão, orientação e controle da política nuclear. Finalmente, ao Ministério das Minas e Energia, principalmente ou prioritariamente, ou exclusivamente, caberia a execução da política governamental e das normas gerais traçadas pelo Conselho de Segurança Nacional e ao Itamaraty caberia, então, a política diplomática, a elaboração de convênios. Nesse ponto, as relações entre Ministérios devem ser atendidas para evitar-se dificuldades futuras e as que desde já se apresentam. O Ministro Magalhães Pinto defendeu muito a posição do Itamaraty quanto a negociar e não apenas a assessorar em matéria relativa à política nuclear. Se acrescentássemos na página três, ao final do item três ponto hum, o seguinte parágrafo: "Observadas a orientação geral traçada pelo Presidente da República e as normas fixadas pelo Conselho de Segurança Nacional, cabe aos Ministérios...", seguindo-se as atribuições de cada Ministério, teríamos resolvido o problema. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O Conselho de Segurança Nacional não traça só normas gerais, ele supervisiona, orienta e coordena. É uma ação permanente. -----

.....  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Mas sempre através de normas gerais. Ele traça diretrizes. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Concordo substituir o termo consecução por execução quanto ao Ministério das Minas e Energia. Relativamente ao Conselho de Segurança Nacional a expressão coordenar a política de consecução sobre energia nuclear, também não está muito clara, mas o Conselho não expede somente normas gerais, ele supervisiona, ele orienta, ele coordena a ação dos Ministérios. Não vejo uma superposição de atribuições entre o Conselho de Segurança Nacional e o Ministério das Minas e Energia. -----

SECRETO



SECRETO

N.º 118

- 29 -

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - O termo usado por mim foi execução.-----

.....

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - No meu entender, Senhor Presidente, ao Ministério das Minas e Energia caberá a execução e ao do Exterior a política diplomática, mas sempre observando-se a orientação geral traçada pelo Presidente da República e as normas traçadas pelo Conselho. Assim sendo, palavra assessorar ou negociar pode permanecer. -----

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - No Paraguai não houve propriamente um compromisso, mas uma ação diplomática, a preliminar de um negócio. O Senhor tem suas observações por escrito? Isto é, a proposta de redação? -----

.....

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Não, Senhor Presidente. Estou fazendo observações rápidas face ao debate travado, mas eu as encaminharei a Vossa Excelência posteriormente, com a sugestão da nomeação de uma Comissão de redação.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Vossa Excelência está sugerindo uma Comissão de redação? Poderemos nomeá-la, inclusive pode ser por indicação de Vossa Excelência. Isto é interessante. -----

.....

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - A outra observação que gostaria de fazer, Senhor Presidente, refere-se à preocupação de ampliar os quadros técnicos e científicos nacionais e preparar os recursos humanos necessários ao programa de trabalho do Governo no setor. Vossa Excelência sabe e aqui cabe uma ponderação, que tudo isso é em função de recursos financeiros, e tratando-se de atribuição específica do Ministério que tenho a honra de presidir, quero observar que, para o próximo exercício, as verbas para a CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DO ENSINO SUPERIOR - (CAPES) e para o Conselho Nacional de Pesquisas, não são maiores, são até menores do que as verbas para este exercício. De maneira que, quando o Governo anuncia, com uma ênfase, um maior impulso na política nuclear, exigindo maior preparação de quadros e formação de pessoal para os programas nucleares de nível médio e superior, é necessário que se atente para a conveniência de majorar recursos nos setores que atendam ao desenvolvimento desejado. De qualquer maneira, é apenas uma obser

SECRETO

SECRETO

- 30 -

vação a fazer, porque nas condições de execução, o documento faz referência a recursos financeiros globais necessários que serão previstos. Eu suponho que haverá uma Comissão interministerial, por iniciativa dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, em conjunto, para estabelecer recursos que atendam ao desenvolvimento deste programa.

.....

MINISTRO DO EXERCITO - O Ministro me permite um aparte? No Exército, estamos acostumados a trabalhar sem dinheiro e, quando se trata de um esforço grande, nós utilizamos os recursos mobilizáveis e trabalhamos sem dinheiros extras. Isso, ampliado num quadro geral, pode orientar o esforço, que caberá ao Ministério da Educação e Cultura dirigir, dentro da política do Governo, para capitalizar os órgãos governamentais, que podem servir, com os recursos atuais, para trabalhar nesse esforço. É evidente que o problema exige muito dinheiro, mas ele pode nascer sem recursos extras, pode ganhar substância e o Exército está pronto a entrar nesse esforço com os recursos que tem, com seus quadros técnicos, com as suas escolas. O Exército possui uma Escola onde há um curso de energia nuclear. Temos gente formada. Há um outro núcleo, o ITA, que vem formando homens de alto gabarito e embora o Ministro da Aeronáutica não tenha se manifestado, creio que ele está pronto a colaborar.

.....

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA:- Eram só essas as observações que eu tinha a fazer.

.....

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Foram úteis as suas observações, que gravadas servirão de base no tocante à redação. Com a palavra o Ministro da Indústria e Comércio.

.....

MINISTRO DA INDUSTRIA E COMERCIO - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho eu interpretei esse documento ultra-secreto sozinho. Não dei conhecimento dele a nenhum órgão, nem ao meu Ministério, nem ao meu assessor. Interpreto-o como um documento que vai dar lugar a dois outros, um, geral de política do Brasil que poderá, inclusive, ser publicado e que será usado para efeitos externos e de política interna e, outro, secreto, que será a política do governo e distribuído aos órgãos responsáveis pela execução dessa política. Nesse último documento, eu retiraria

SECRETO



SECRETO

N.º 119

- 31 -

a palavra "fins pacíficos", seria o mesmo se disséssemos que a fábrica PIQUETE é para fins pacíficos, porque o que ela produz, nitroglicerina, por exemplo, é um medicamento; o ácido pícrico, o toluol, produto para a fabricação de solventes; a amônia, existem os explosivos amoniacaais. "Fins pacíficos" me faz lembrar uma observação que ouvi uma vez em Genebra, do Ministério das Relações Exteriores da Iugoslávia, onde se discutia, antes da bolchevisação, o problema do emprêgo de gases. Elaborava-se, então, um documento no qual se proibia o emprêgo de gases, e o Ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia disse o seguinte:- "se um país fôr atacado e, para sua defesa, êle necessitar do emprêgo de gases, não haverá documento que o impedirá de fazê-lo." De forma que dizer que o Brasil um dia não fabricará algum armamento com energia nuclear é uma ilusão! Não será para os nossos dias, nós podemos não desejá-lo, mas poderá ser imperativo da segurança nacional. Quanto ao meu Ministério, especificamente, eu vejo em primeiro lugar o emprêgo dos isótopos na indústria de maneira geral, em segundo lugar, o desenvolvimento da metalurgia nuclear. É um ramo da metalurgia que interessa também a aeronáutica, porque permite a fabricação dos metais e suas ligas que são empregados na produção dos reatores, os metais de alta refratariedade que são empregados na fabricação de reatores de aviões, por exemplo, e assim por diante. Relativamente a essas idéias, eu pergunto, as empresas para a realização dêsses objetivos são empresas nacionais no sentido a que me referí, empresas com sede e fôro no Brasil. Elas geralmente, são empresas que usam tecnologia estrangeira com capitais estrangeiros, como a Brown Boveri, a General Electric e outras empresas dêsse tipo. Se quisermos ou tivermos, pela imaginação dos brasileiros e pelo desenvolvimento da nossa técnica, algum segredo industrial, êsse segredo tem que permanecer dentro dos nossos arsenais. Nós temos as empresas do Estado que são os arsenais, temos na Marinha, por exemplo, um arsenal admirável, onde existem máquinas de grande porte; temos empresas do Govêrno; temos, em São José dos Campos, uma organização que impressiona pelo alto gráu da técnica e da ciência que os elementos que a compõem já tem. De forma que nós temos elementos para guardar segredos industriais, caso existam, o que é normal que ocorra. Na formação dos homens, que vão dedicar-se à indústria nuclear, ou já se dedicam a ela, temos um Centro admirável, em São Paulo, que conheço muito bem. Viví lá. Temos o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no Rio de Janeiro, do qual fui Presidente, du-

SECRETO



SECRETO

- 32 -

rante seis anos e que, aliás, enviou representante seu a Sacclay e a Genebra. Este cientista é atualmente o segundo homem na vida de Genebra e seria bom procurar trazê-lo de volta ao nosso País, mas, para isso, precisamos dar-lhe elementos de trabalho compatíveis com seu nível. Esta é a dificuldade. A função do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, que é um organismo particular, é ajudar na formação destes homens. A idéia da constituição deste Centro coube a João Alberto, secundada por mim, imediatamente e que se organizou com quarenta brasileiros, interessados em desenvolver os conhecimentos humanos neste campo, nosso objetivo era conseguir dinheiro para a formação e manutenção de técnicos no Brasil. Conseguiu-se isso, durante muito tempo, até que, em virtude dos Governos que surgiram no Brasil, numa certa época, o Centro de Pesquisas Físicas passou a direção de elementos de esquerda e tive que deixar sua Presidência. O Centro, naquela época, entrou em fase de deterioração, no entanto, já está se recuperando. O Ministério da Educação o tem protegido e espero que o Senhor Ministro Tarso Dutra, meu prezado colega, dê atenção a este Centro, o que é de grande importância. Não necessito fazer referências, aos Centros de Belo Horizonte ou de São Paulo, que não passaram pelas mesmas vicissitudes do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Quanto ao meu Ministério, o importante, agora, é acrescentar, ao Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica, um engenheiro metalurgista, especializado em metalurgia nuclear. Caso não haja um homem, nessas condições, disponível, precisamos formá-lo. Sabemos da existência de homens desse gabarito em São Paulo. O Brasil os possui. Em Congresso temos discutido esse assunto. Posso dizer que no Congresso de Vitória, da Associação Brasileira de ....., houve a apresentação de mais de noventa trabalhos originais, de brasileiros. Isto quer dizer, já há um campo de desenvolvimento da tecnologia no Brasil interessando a um grande número de técnicos. É falso afirmar-se, como se fez durante algum tempo, de que não há tecnologia no Brasil. Isto é errôneo. Absorvemos do exterior muita coisa. Eu mesmo fui produto de formação estrangeira e trouxe para o Brasil uma série de conhecimentos que se tornaram de utilidade, não só na aplicação prática como no ensino em escolas onde fui professor. As outras observações que poderia fazer já foram feitas pelo Ministro das Relações Exteriores e pelos demais Membros que me precederam. É meu dever não insistir no assunto. Quanto à questão de redação,

SECRETO



SECRETO

- 33 -

N.º 120

para tornar mais claro o documento, é problema que será resolvido com simplicidade. Manifestei, assim, como Ministro da Indústria e Comércio, o meu ponto-de-vista.

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Agradecemos os esclarecimentos de Vossa Excelência, os quais serão, sem dúvida, de muita utilidade na elaboração final do documento.

Quanto ao conteúdo das Diretrizes, o Ministro da Indústria e Comércio encampa, praticamente, as observações já feitas pelos outros Ministros. Desejaria ouvir agora a opinião do Senhor Ministro da Saúde sobre o item relativo ao seu Ministério, qual quer observação no sentido de ampliar, restringir sua área de atuação.

.....  
MINISTRO DA SAÚDE - As atividades da energia nuclear são de fato de uma importância fundamental para a Medicina. Primeiro, pode-se pensar e esperar que os estudos do seu aproveitamento, bem orientado, possam trazer o prolongamento da vida humana, e mais do que isso, uma maior produtividade que, no âmbito da Medicina são provas da sua importância. Entretanto, a utilização de energia nuclear importa no problema de contaminação. Lembraria aos Senhores Membros do Conselho da conveniência de previsão das medidas necessárias ao controle desse problema, aliás o Conselho da Organização Mundial de Saúde sugeriu a adoção de medidas preventivas para o controle da contaminação de emissões de radioatividade, na verdade de contaminações naturais, da atmosfera, do sol, do cosmos. O uso de energia nuclear implica, também, em outras contaminações. Sabe-se que há contaminação pela via aérea, pela aspiração, pela digestão, pela ingestão de substâncias radioativas e outras e pela pele diretamente. Então, é indispensável que se tome todo o cuidado para defender, do ponto-de-vista de saúde pública, as populações dessa contaminação. São medidas lembradas para o momento oportuno. Sabe-se que está em pauta uma maior aplicação da energia nuclear na conservação de alimentos, o que é de importância considerável, é possível, inclusive, que se substitua o frio pelo uso das irradiações na conservação dos alimentos. Além disso, os alimentos in-natura, portadores de doenças, como a triquinose, podem ser esterilizados. Finalizando, quanto à redação e quanto ao que foi debatido, desejava ficar adstrito ao âmbito da saúde. Mais uma vez faço um apelo no sentido da defesa das populações no caso

SECRETO

SECRETO

- 34 -

das irradiações.

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Tem a palavra o Senhor Ministro da Agricultura.

MINISTRO DA AGRICULTURA - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho de Segurança, realmente, a questão da redação se prende à natureza que se queira dar a este documento, se um documento de natureza genérica ou minuciosa. Se fôr de natureza genérica.....

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Trata-se de uma diretriz e que é sempre de natureza genérica.

MINISTRO DA AGRICULTURA - Em determinados pontos, o documento entra em minúcias. Se houver o desejo de um documento mais genérico, aquela sugestão sobre modificação de redação do item relativo ao Ministério da Agricultura para: "O Ministério da Agricultura, visando ao estudo e pesquisas relacionadas com a aplicação da energia nuclear nas atividades agropecuárias", está muito bom. Mas se o documento fôr entrar em minúcias, a proposta da Marinha estaria melhor, aliás a minha sugestão coincide com a da Marinha: "O Ministério da Agricultura, visando ao estudo e pesquisas relacionadas com a aplicação da energia nuclear no campo da conservação e preservação de alimentos, no combate a pragas e insetos daninhos e às atividades agropecuárias", eu colocaria "e às demais atividades agropecuárias". Realmente, essa preservação de alimentos e sua conservação é muito importante. Tem-se conseguido a preservação de alimentos até por cinco anos, com a aplicação de irradiações de energia nuclear. De maneira que aqui ficam as duas opções, se fôr um documento genérico, a primeira sugestão está boa; se fôr minucioso, a sugestão da Marinha é a melhor.

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Tem a palavra o Senhor Ministro do Planejamento e Coordenação Geral. A ele compete o enquadramento dos programas nucleares no nível prioridades, elaboração de orçamento programa da União e obtenção de financiamento externo.

SECRETO

SECRETO

N.º 121

- 35 -

MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - As observações que poderia fazer ao documento eram de redação e sistemática e foram muito inteligentemente abordadas pelo Ministro da Educação. Parece-me que ele focaliza com propriedade o fato de que as áreas de competência não estavam bastante esclarecidas. Em segundo lugar que a expressão consecução estava sendo usada com dois sentidos diferentes.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Já tomei uma decisão com relação às observações do Ministério da Educação e Cultura .-----

.....  
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Voltarei, dentro em pouco, quanto à questão de competência. Relativamente ao problema de redação, ele pode ser atendido por uma comissão. Não vale a pena perder tempo com problemas de redação numa reunião deste nível. O mais importante é definir o sentido geral do documento e as posições fundamentais que o Governo está adotando. Em primeiro lugar é necessário que fique bem claro a posição do Governo no setor. Essa posição está, em princípio, definida no item três ponto hum: "O Governo brasileiro se reserva o direito de total exclusividade no que concerne à orientação e à execução de todas as atividades no campo da energia nuclear." As observações cabíveis, em parte, já foram feitas. Quanto à redação deste item, exclusividade já implica em totalidade, podendo ser eliminado o adjetivo total. Mas isto é secundário, o importante é corrigir a incoerência que existe neste texto, com o resto do documento, ao mencionar a execução de todas as atividades no campo da energia nuclear. Pelo contrário, o documento defende, em vários pontos, a participação da iniciativa privada, aliás, seria inconcebível imaginar desenvolvimento do setor, sem essa participação. De maneira que, o mais importante, uma vez que o próprio documento, em vários pontos se refere à participação de iniciativa privada, é substituir a expressão por contrôle, isto é, o que me parece o mais importante. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Orientação e contrôle.-----

.....  
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Orientação e contrôle, porque o que o Governo tem que fazer nesse particular, nesse setor é, em primeiro lugar, de

SECRETO



SECRETO

- 36 -

finir uma política, é orientar o setor e, em segundo lugar, exercer o controle sobre todo setor. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Acho que com a retirada da palavra exclusividade o assunto ficaria resolvido. -----

.....  
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Acho que deve ser mantida a palavra exclusividade. "O Governo brasileiro se reserva o direito de exclusividade no que concerne à orientação e ao controle de todas as atividades no campo da energia nuclear. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Então não teria orientação e exclusividade? -----

,.....  
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - "O Governo brasileiro se reserva o direito de exclusividade no que se refere à orientação e ao controle de execução de todas as atividades no campo da energia nuclear." É o que distinguirá esse setor dos demais, estar submetido a uma política que reflete um grau de segurança e um controle mais estrito que não existe nos demais setores da economia privada. Esta é a primeira sugestão. Em segundo lugar, é preciso definir com clareza as áreas de competência; a definição, como está, de acordo com a análise do Ministro Tarso Dutra, poderá levantar dúvidas, o que não é bom. Prosseguindo na análise do item três ponto hum, temos em primeiro lugar (leitura) - "Ao Presidente da República cabe a orientação geral da Política Nacional de Energia Nuclear." Onde não há a menor dúvida. Em seguida, temos: "Ao Conselho de Segurança Nacional cabe supervisionar, orientar e coordenar a política de consecução sobre a energia nuclear. Eu lembraria que o Conselho de Segurança Nacional é órgão de assessoramento do Presidente da República. A ele, na minha opinião, não cabe supervisionar, orientar e coordenar a política em lide. O Conselho de Segurança Nacional tem um órgão permanente, a Secretaria, mas ele em si, é órgão de assessoramento o que está definido na Lei, artigo quarenta do Decreto-lei número duzentos (leitura) - "O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da política de segurança nacional". Essa ca

SECRETO

SECRETO

N.º 122

- 37 -

racterística de órgão de cúpula de execução da política como está dada no documento não se compadece com o texto da lei. A não ser que se entenda como sendo esse órgão de cúpula, a Secretaria Geral do Conselho regulada no artigo quarenta e três da mesma Lei: "O Conselho de Segurança Nacional dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação, no campo da segurança nacional." Portanto eu sugiro que na redação final se atentasse para esse aspecto. Não vou propor uma redação, o que seria tumultuante, mas considero inadequada a redação como está. -----

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Quanto ao Conselho de Segurança Nacional, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República nos sugere a leitura do artigo noventa e hum da Constituição que dá ao Conselho de Segurança Nacional outras missões e competências, além da função de órgão de assessoramento. (leitura) - "Compete ao Conselho de Segurança Nacional: Primeiro - o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares; Segundo - nas áreas indispensáveis à segurança nacional, dar assentimento prévio para: a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação; b) construção de pontes e estradas internacionais e campos de pouso; c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional. Terceiro - modificar ou cassar as concessões ou autorizações referidas no item anterior. Parágrafo único - A lei especificará as áreas indispensáveis à Segurança Nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros. Tudo isso é atribuição do Conselho de Segurança Nacional. -----

.....

MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Mas as atribuições desse órgão executivo do Conselho, tem que estar fixado na Constituição ou na Lei, nos casos expressamente submetidos à decisão do Conselho de Segurança Nacional. De qualquer forma o Conselho de Segurança Nacional não substitui o Presidente da República. -----

.....

SECRETO

SECRET

- 38 -

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Não substitui, mas é um órgão da Presidência da República, é um órgão de supervisão, coordenação e orientação. O Presidente da República dá a orientação e esse órgão encarrega-se dessa supervisão, sua tarefa é fiscalizar e acompanhar a execução. -----

.....  
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - A redação resolve o problema. Estou apenas alertando para esse aspecto. Quanto ao Ministério das Minas e Energia realmente, por força da lei, enquanto não for criado o Ministério da Ciência e da Tecnologia, não se sabendo se será ou não, a ele está conferida a execução nos estritos termos que o Ministro Tarso Dutra propõe, a execução da política aprovada pelo Presidente da República, com base no assessoramento do Conselho de Segurança Nacional, que por sua vez acompanha essa política. A posição do Ministério das Relações Exteriores, também aí participo da sugestão do Ministro Tarso Dutra, que sugeriu abrir um capítulo para as atribuições dos vários Ministérios, iniciado com o Ministério das Relações Exteriores, seguindo-se os demais. Essa sistemática seria incomparavelmente superior àquela que está no documento, onde a ligação com os demais Ministérios é prevista através da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Isto já foi assunto de debate.-----

.....  
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Sugiro então um Capítulo para as atribuições de cada Ministério no setor, iniciando-se pelo Ministério das Relações Exteriores, pela sua natureza especial. Também acho que é importante resguardar a exclusividade da negociação para o Itamaraty, que refletirá nelas a política traçada pelo Presidente da República, assessorado pelo Ministério das Minas e Energia. Quanto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral verifico que ele é mencionado várias vezes e, a meu ver, não está corretamente enquadrado no documento. É matéria de redação e dentro da sistemática proposta pelo Ministro Tarso Dutra, creio possa ser corrigida, uma vez que as atribuições do meu Ministério, nesse particular, são realmente de grande responsabilidade. Há ainda o tema básico da participação da empresa privada no setor, é um tema de fundo, e não de forma, e convém que fique bastante debatido e acertado nesta reunião. Pa-

SECRET



SECRETO

N.º 123

- 39 -

rece-me que a expansão das atividades no setor, só se pode fazer com a participação privada. Relativamente ao assunto, é preciso cuidar o que se deseja quando se fala empresa privada nacional [que, como bem esclareceu o Ministro da Indústria e Comércio, é aquela que se submete ao fóro nacional nos termos da lei, não sendo nacional quando é filial de firma estrangeira. Assim, uma firma subsidiária de empresa estrangeira registrada no Brasil, regendo-se pelas nossas leis, é considerada nacional. O que importa não é chamar-se a empresa nacional ou estrangeira, é saber a quem cabe o controle da empresa. Isso não está mencionado no documento e, nesse particular, creio que não se deve ser muito radical, porque o setor abrange uma variedade de atividades muito grande e, como em quase todos os setores dessa amplitude, há inúmeras atividades em que não deve haver nenhuma preocupação de controle nacional, devendo haver apenas a preocupação de eficiência, produtividade, com o maior número de interessados possível. Aliás para avaliar essa amplitude, basta que se atente para o que o próprio documento menciona como atividades no setor. São elas a pesquisa nas suas duas acepções, "research", no sentido de prospecção o que já é uma atividade na qual se justifica o controle sob certos aspectos, a lavra, o beneficiamento, a estocagem, e a comercialização. Há, uma variedade de situações que talvez não possam ser discriminadas neste documento, mas que valeria a pena tentar discriminar em documento subsequente. É mais importante definir os aspectos das limitações de controle, do que certos detalhes que constam deste documento. Seria muito importante saber o que é de interesse ficar na mão de brasileiros realmente e na de empresas privadas nacionais, mas sob controle de brasileiros. A cautela é necessária em cada área ou subárea do setor. Não vou debater o assunto, estou apenas alertando que o tratamento dado ao problema não está satisfatório. Aparentemente o documento repele os capitais estrangeiros, quando o capital de empréstimo é imprescindível e o capital de risco é admissível nos casos em que não há nenhum problema de segurança. É preciso pois refundir a redação nesse particular, para acentuar o controle onde ele é necessário e não mencioná-lo onde é desnecessário. Quanto a "fins pacíficos" que julgo uma expressão de fundo, temos que definir nossa posição nesta reunião. Acredito, como declara o Ministro

SECRETO

SECRETO

- 40 -

da Indústria e Comércio, que não devemos eliminá-la, mas que não se deve qualificar a exploração e pesquisa com essa limitação. Estou de acordo com a emenda do Ministro da Marinha nesse particular, como aliás estou de acordo, praticamente, com todas as emendas daquele Ministério. Creio que se deva eliminar a expressão "para fins pacíficos" mesmo porque a utilização não é definida pelos instrumentos, a utilização será uma decorrência das necessidades do Governo e, a instrumentação é a mesma, seja para fins pacíficos ou não. Essa limitação poderá dar a entender a limitação de instrumentos de atuação no setor. Outro assunto importante, uma vez que não desejo tomar o tempo do Conselho com problemas de redação, é o relativo ao item dois ponto dois ponto cinco, quando é mencionado o intercâmbio com outros países, especialmente os do continente. Não vejo razão. Parece-me desejável o intercâmbio com outros países desenvolvidos, como foi proposto, não me lembro se pelo Ministro das Relações Exteriores. Já declarei, estar de acordo, em princípio, com as emendas do Ministro da Marinha, embora as tenha lido rapidamente. Gostaria agora de analisar, ligeiramente, as emendas do Ministro das Relações Exteriores, todas elas muito bem justificadas, revelando um trabalho cuidadoso. Abordarei apenas aquelas sobre as quais tenho dúvida. Parece-me pertinente a sugestão para uma melhor definição de objetivos, podendo-se aproveitar a própria sugestão do Ministro das Relações Exteriores; é problema de redação. A emenda proposta para alteração do item dois ponto um ponto dois: "intensificar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a industrialização, a estocagem e "controlar" a comercialização de minerais e minérios nucleares", introduzindo a palavra "controlar" a comercialização, parece-me não melhorar a redação, dando ainda a impressão de que as outras atividades não devem estar submetidas a controle. Prosseguindo, a emenda que trata da criação do Centro Nacional Integrado, sem discordar da ideia, acho que exige maiores estudos. Parece-me que se deve examinar a conveniência e a urgência da criação deste Centro. Embora o assunto já tenha sido tratado em outros países, ele merece maiores cuidados no nosso País, sobretudo não devemos tomar qualquer medida que, em busca de uma solução melhor, acabe prejudicando as soluções possíveis que existem e estão em andamento, pelo princípio de que a maior obrigação do Governo é fazer funcionar bem o que já existe antes de pensar na criação de coisas novas. Não sou contrário a ideia. Em princípio a considero certa,

SECRETO

SECRETO

N.º 124

- 41 -

apenas acho que não se deve introduzi-la no documento, antes de um exame mais acurado. As outras sugestões as julgo tódas corretas, estou de acôrdo com elas, várias delas melhoram, grandemente, o documento. Passando ao item três ponto hum - Política de consecução, Responsabilidades, a emenda relativa à negociação, creio que deve ser assegurada a exclusividade de negociação, traduzindo, assim a orientação do Presidente. Quanto à emenda relativa ao Ministro das Minas e Energia, item três ponto dois ponto hum: "propor ao Conselho de Segurança Nacional...", eu daria a seguinte redação: "propor ao Presidente da República a audiência do Conselho"... Relativamente à emenda ao item três ponto dois ponto dois, que fala em "atrair capitais privados, nacionais para os setores de utilização pacífica da energia nuclear", sou contrário pelas razões já expostas, não por ser menos nacionalista do que o Ministro das Relações Exteriores, mas porque considero que essa não é a melhor maneira de traduzir tal intenção. Quanto à emenda proposta ao item três ponto três ponto quatro: "Interessar pessoas físicas e jurídicas nessas atividades", que restringe somente para nacionais a participação nas atividades a que se refere o item três ponto três ponto três, onde cabe toda uma gama de atividades, pelas razões já mencionadas, julgo que não deve ser aceita. Não quero tomar mais o tempo de Vossas Excelências, pois, o restante, são apenas detalhes.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - As observações de Vossa Excelência são interessantes. Nós, militares, temos várias maneiras de dar ordens. Primeiramente, fazemos uma diretriz que servirá de base a várias ordens, conforme os escalões. Por isso a Diretriz de verá ter um caráter geral, ser genérico. O Ministro da Coordenação propôs muitas minúcias para introdução no documento, o que será atribuição de outro escalão, nos documentos decorrentes dessa Diretriz. Aceito tódas as sugestões e, ao final, tomarei a decisão. Tenho em mãos a proposta do Ministério da Marinha, as quais já li rapidamente. As sugestões nela contidas vão ser expostas, agora, verbalmente. Estou seguindo, ao dar a palavra, a ordem prevista no "Estabelecer ligações com os!". página cinco do documento. Quanto ao Ministro da Fazenda, evidentemente, as suas atribuições são consequências, a obtenção de dotações orçamentárias e recursos financeiros necessários à execução dos programas aprovados, etc. Os programas são consequências das Diretrizes, de maneira que a palavra de Sua Excelência, agora,

SECRETO



SECRET

- 42 -

não é necessária. Vamos ouvir o Ministro da Marinha, que nos irá esclarecer sobre sua tão falada e já muito bem aceita proposta. -----

MINISTRO DA MARINHA - Senhor Presidente, é óbvio a importância da energia nuclear. Para a Marinha, ela é imprescindível. Atualmente os navios são propulsionados pela energia nuclear. Um submarino por exemplo, quando movido à energia elétrica, debaixo da água desenvolve quatro ou cinco milhas por hora de velocidade, com energia nuclear, ele ultrapassa trinta milhas, manobra como um avião e muda de inclinação no apertar de um simples botão, para o que as guarnições precisam estar treinadas. Considerando-a imprescindível, a Marinha há anos vem cuidando do assunto energia nuclear. Já temos engenheiros especialistas em energia nuclear e temos, também, um centro de pesquisas, que trata do assunto. As Diretrizes recebidas foram estudadas pelo Estado Maior da Armada, na forma que nós, militares, o fazemos, sob a direção do Chefe do Estado Maior da Armada, que também é membro deste Conselho, o Almirante Moreira Maia e sob a minha supervisão. Foi elaborado, então, um pequeno documento de sugestões, que teve a minha aprovação. Não vale a pena perdermos tempo sobre as questões gramaticais constantes na nossa sugestão, a respeito de pesquisa e prospecção. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA -Certamente, na elaboração do documento final essas observações serão tomadas em consideração.-----

.....  
MINISTRO DA MARINHA - As partes importantes do documento, já distribuído a todos, foram cogitadas pelos colegas que me antecederam. Creio que sua leitura pode ser dispensada, se assim Vossa Excelência entender, Senhor Presidente. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Muito bom. Estou achando muito razoável tudo. Está muito explicado e creio que todos os Senhores Ministros já tiveram tempo de ler o documento. -----

.....  
MINISTRO DA MARINHA - Nada mais tenho, além desse documento. -----

.....  
Transcrição do documento de PROPOSTA DA MARINHA: - Página hum, item dois ponto hum

SECRET

SECRETO

N.º 125

- 43 -

substituir o item pelo seguinte: "Ampliar os quadros técnicos e científicos nacionais, em todos os níveis, com vistas ao atendimento oportuno e progressivo das necessidades do desenvolvimento nuclear, envidando todos os esforços no sentido do aproveitamento total dos cientistas brasileiros atualmente no País e no Exterior."

Justificativa: "Os atrativos salariais e de locais adequados de trabalho existentes nos Países desenvolvidos, incomparavelmente superiores aos nossos, serão sempre uma ameaça à consecução da Política que se pretende estabelecer. Caso não se tome providências enérgicas e específicas visando a neutralizar tal situação de fato, o êxodo dos melhores cientistas da Nação prosseguirá, como está acontecendo atualmente. Página hum, oito e doze, itens dois ponto hum ponto dois, três ponto três ponto três e quatro ponto cinco ponto três, substituir a palavra pesquisa pela palavra prospecção. Justificativa: "A palavra "pesquisa" tem conotação diferente que o texto pretende atribuir. A palavra "prospecção" é mais correta. Página hum, três, sete e onze, itens dois ponto hum ponto três, três ponto hum ponto hum (segunda parte), três ponto dois ponto dois, quatro ponto quatro e página sete, nona linha, substituir a palavra centro pela palavra órgão. Justificativa: Nem todos os organismos nacionais que se dedicam às atividades nucleares são centros. Parece que a denominação órgão, mais genericamente, abrangerá todos os organismos envolvidos. Página dois, item dois ponto hum ponto sete, substituir o item seguinte: "Estimular a utilização da energia nuclear nos diversos setores do desenvolvimento e da segurança nacionais." Justificativa: Não há necessidade de figurar no texto da Política Nacional de Energia Nuclear, qualquer limitação quanto à sua utilização e nem isto é desejável. A Política Nacional deve atender aos Interesses Nacionais..A restrição "para fins pacíficos" é própria para Política Externa. Página dois, item dois ponto hum ponto oito, substituir o item pelo seguinte: "Estabelecer um sistema de salvaguarda, que proteja o desenvolvimento nuclear nacional e as reservas minerais a ele necessárias." Justificativa: Considerando a grande extensão territorial brasileira e o desconhecimento da totalidade das nossas reservas, impõe-se proteção daquelas reservas por meio de legislação mais específica, vigilância mais acurada e enquadramento criminal na Lei de Segurança Nacional. Página dois, item dois ponto dois ponto dois, substituir o item pelo seguinte: "Estimular e ampliar a infra-estrutura industrial visando à sua participação mais in

SECRETO

SECRETO

- 44 -

tensa nos programas de construção de Reatores e na fabricação de equipamentos e instrumentos necessários." Justificativa: A Nação já dispõe de uma infra-estrutura industrial. Há necessidade de se estimular essa indústria para participar do Programa Nuclear, não apenas para a fabricação de Reatores, como também de contadores, aceleradores, equipamentos correlatos e instrumentos. Infra-estrutura industrial nuclear não faz sentido, a menos que se defina o que se tem em mente. Página dois, item dois ponto dois ponto quatro, substituir o item pelo seguinte: "Ampliar a utilização da energia nuclear em todos os setores da atividade nacional." Justificativa: A mesma que a do item dois ponto hum ponto sete acima. Página dois, item dois ponto dois ponto cinco, substituir o item pelo seguinte: "Dinamizar o intercâmbio técnico-científico com outros países, no campo da energia nuclear, especialmente com os países mais desenvolvidos." Justificativa: Intercâmbio técnico-científico com diversos países, já temos. Há necessidade desse intercâmbio ser dinamizado. Evidentemente, devemos procurar trocar informações técnico-científicas com os países mais avançados do que nós, nesse campo. Página seis, substituir item relativo ao Ministério da Agricultura pelo seguinte: "Visando a estudos e pesquisas relacionados com a aplicação da energia nuclear no campo da conservação e preservação de alimentos, no combate a pragas e insetos daninhos e às atividades agro-pecuárias." Justificativa: O campo de conservação e preservação de alimentos é de importância vital para o nosso desenvolvimento. Página seis - substituir o item relativo ao Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares pelos seguintes: "Ministérios Militares, visando a utilizar as organizações militares de ensino, pesquisa, fabricação e logística, na formação de pessoal e no desenvolvimento de técnicos e equipamentos especiais no setor". "Estado-Maior das Forças Armadas visando a obter a coordenação que se fizer necessária para a melhor utilização das organizações militares das Forças Singulares no atendimento dos propósitos mencionados no item anterior." Justificativa: As organizações militares de ensino, pesquisa, fabricação e logística, dependem, exclusivamente, dos respectivos Ministérios Militares, com os quais as ligações da Comissão Nacional de Energia Nuclear poderão ser feitas de forma altamente produtiva. A intervenção do Estado - Maior das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei número duzentos (Reforma Administrativa), só é cabível como órgão de coordenação do planejamento de tal utilização

SECRETO



SECRETO

N.º 126

- 45 -

ção (Inciso cinco do artigo quinto). Página sete - No fim da décima oitava linha, acrescentar: "ouvido o Conselho de Segurança Nacional". Justificativa - Parece que autorização de tal importância para as reservas futuras do país, não deverá ser concedida pela decisão de um órgão singular e mais seguro será, de concedida em decorrência de audiência do Conselho de Segurança Nacional.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Dou a palavra ao Senhor Ministro do Exército.-----

.....  
MINISTRO DO EXÉRCITO - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho, em primeiro lugar faço um elogio ao trabalho apresentado, com todos os senões que possa ter. Evidentemente, teve a faculdade de abrir todos os ângulos para este nosso diálogo que favorecerá a elaboração do documento definitivo, traduzindo a decisão do Presidente da República. Inicialmente, concordo com o Ministro Macedo Soares, que traduziu minhas idéias ao dizer que não devemos dar muita ênfase à "finalidades pacíficas". Não devemos auto-limitar o uso de energia nuclear, em determinadas circunstâncias. Sua Excelência citou as Convenções Internacionais anteriores à segunda Guerra, que proibiam o uso do gás; passei uma temporada grande na Alemanha, logo depois da Guerra, tendo acesso, com toda a facilidade, aos arquivos da mobilização alemã, que eram abertos aos aliados e verifiquei que fábricas de perfume, etc. eram transformadas, desobedecendo a todos os tratados que a Alemanha tinha firmado, em fábricas de aparelhamentos para a Guerra, que ela desencadeara. Outro problema levantado pelo Ministro Costa Cavalcanti diz respeito às ligações do seu Ministério com outros Ministérios, através da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Relativamente a esse problema, quero expressar a inteira concordância do Ministério do Exército com o ponto-de-vista manifestado por um Ministro que, embora titular de pasta civil, também é de formação militar e grande técnico no assunto. Quanto ao item relativo ao Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares, também o considero impróprio como está formulado. O próprio Ministro do Planejamento já ofereceu um caminho que parece levar à formulação de um documento menos duvidoso quanto a esse aspecto de atribuições. Quero, também, expressar minha inteira concordância ao documento do Ministro da Marinha, o qual li hoje, e proponho a expressão "coordenação em assuntos militares ao ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS", que

SECRETO

SECRETO

- 46 -

é sua tarefa específica como Estado-Maior do Presidente. É preciso cuidado quando se emprega o termo coordenação, porque às vezes ela é impossível. O Estado-Maior das Forças Armadas, no entanto, tem essa tarefa e pode cumpri-la. Então será o caso de colocar os Ministérios Militares e o Estado-Maior das Forças Armadas em itens diferentes, dando a este último como Estado-Maior do Presidente, na sua posição de Comandante Supremo das Forças Armadas, a faculdade e a tarefa de coordenar a atuação dos Ministérios Militares no setor. Quanto ao problema de criação de quadros técnicos, eu queria reiterar, não apenas o meu oferecimento, mas o desejo de cooperar do Exército e estou certo, também, o da Marinha e o da Aeronáutica, porque nós somos estudiosos desse assunto por dever de ofício. A nós interessa não só colaborar, como também acompanhar a evolução do problema nos outros países, como se fez desde a descoberta da pólvora, porque todos os países, e todas as organizações militares tratam de se prevenir contra o que se chama a surpresa técnica, que é o que derrota as Nações. Nesse sentido eu quero dar ênfase ao problema da energia nuclear. Nenhum país, no seu campo militar, pode estar desatento à evolução da tecnologia, seja ela qual for, daí o nosso interesse e também o nosso esforço, que somados, integrados sob a capitania do Ministro da Educação e Cultura, muito pode oferecer. Acho mesmo, que essa preocupação atual do Governo, de trazer de volta para o Brasil, os nossos técnicos que estão no estrangeiro, não deve ter ênfase tão grande, porque uma nação soberana de oitenta milhões de habitantes, com tantos valores aqui, não deve começar um esforço fazendo-o dependente dessa volta. Ao contrário, eu tenho experiência própria para dizer: acho que a criação do quadro de interesses no campo de tecnologia - e vai nisso também os padrões de ensino - vai atraí-los de volta, como nós já conseguimos no Exército, no campo da eletrônica, em escalas menores. Grandes valores foram atraídos de volta ao Brasil pelo quadro mais convidativo em salários e também por fatores de ordem técnica. O General Edmundo de Macedo Soares já mostrou, que ele mesmo foi o exemplo disto, em outro quadro do Exército. Acho, para ser sincero, um pouco humilhante, para uma Nação, que tem tantos valores, que já tem quadro tecnológico, e quer fazer um esforço em direção nova, fazê-lo baseado naqueles que estão lá fora. Acho, ao contrário, que eles podem ser superados pelos que estão aqui, conforme sua orientação no campo político. Assim, eles podem ser atraídos para esse esforço e

SECRETO

SECRETO

N.º 127

- 47 -

eu acho que nós devemos proporcionar essa volta. Pode ser também o caso de estarem fora por outros motivos que nós não vamos vencer. Finalizando, Senhor Presidente, estou convencido de que esta reunião é um diálogo, um entendimento com o Chefe do Estado-Maior, assim, vamos oferecer à Secretaria do Conselho, as anotações que fizemos da leitura do documento, porque estou vendo este debate não chegar ao fim quanto à elaboração do documento, que em última análise compete ao Presidente da República, já que o nosso diálogo é apenas de assessoramento. Era só isso o que eu tinha a dizer.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Agradeço a colaboração prestada pelo Ministro do Exército, principalmente quanto às informações subsidiárias às Diretrizes, àquelas relativas à formação de técnicos, bem como ao oferecimento e desejo do Exército de cooperar no setor. Está com a palavra o Senhor Ministro da Aeronáutica.-----

.....  
MINISTRO DA AERONAUTICA - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho. Estou de acordo com as propostas pertinentes e os conceitos acertados de todos os Ministros que me precederam. Assim, não desejo repetir o óbvio. O que seria apropriado abordar, talvez seria o item três ponto dois ponto hum, que trata das atribuições do Ministério das Minas e Energia no referente à ligação com os Ministérios, bem como a colocação do Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares em itens separados. Além disso, caber-me-ia confirmar a cooperação que a Aeronáutica poderá trazer a esse campo de tanto interesse nacional. Nós dispomos no Centro Técnico da Aeronáutica de um reator subcrítico que está em operação desde mil novecentos e sessenta, de forma que temos feito as nossas incursões no campo da formação de pessoal e, no campo da pesquisa, estamos desenvolvendo, agora, um projeto de nióbio, levando ao tório e ao urânio, bem como um projeto de titânio, levando a tecnologia do zircônio e do tório. Fazemos incursões também no campo industrial, porque o Departamento de Materiais do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, é o único órgão detentor no país de um tórno industrial para fusão a vácuo que, embora de pequeno porte, nos permite fundir equipamentos, inclusive peças de titânio para a indústria privada. Era o que eu tinha a dizer.-----

SECRETO



SECRETO

- 48 -

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Muito obrigado. Com a palavra o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. -----

.....

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho. Considerando as observações já feitas, a sugestão principal do Estado-Maior das Forças Armadas se resume na questão das prospecções aéreas. Já que vamos incentivar os esforços nacionais no campo da energia nuclear, nós certamente vamos aumentar a prospecção. E em matéria de prospecção geológica, há confusão quanto às autorizações e talvez esse documento, que é uma Diretriz, poderia definir esse assunto. O controle das atividades relacionadas com o levantamento aéreo está regulado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, desde mil novecentos e quarenta e oito, por uma lei especial, feita quando não eram conhecidas essas técnicas modernas de prospecção por aparelhos surgidos mais tarde: magnetômetros, cintilômetros, que se aplicam muito no setor da energia nuclear. O Código de Mineração, que é uma lei de mil novecentos e sessenta e sete, já deixa entrever uma nova orientação quando diz no seu artigo noventa e um: "A empresa de mineração que comprovadamente dispuser de recursos e de métodos de prospecção aérea, poderá pleitear permissão para realizar conhecimentos genéricos por esses métodos, visando obter informações preliminares regionais necessárias à formulação de requerimentos e autorizações de pesquisa na forma que dispuser o regulamento desse código." No parágrafo segundo diz ainda: "a permissão será dada por autorização expressa do Diretor do Departamento de Produção Mineral, com prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional. Assim sendo, talvez seja oportuno constar da Diretriz que as autorizações para prospecção aéreas, tendo em vista a busca de minérios nucleares, serão da competência do Conselho de Segurança Nacional, porque ficou claro que os interessados julgam que a autorização para o aéreo-levantamento, também, permite o emprego do avião nessas pesquisas. Esta é a sugestão que tinha a fazer.-----

.....

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Os Senhores Chefes do Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica têm alguma observação a acrescentar? Eu creio que os Senhores já assessoraram os Ministros e expuseram os seus pontos-de-vista, mas se tiverem alguma observação em decorrência do que foi dito aqui, tem a palavra. -----

.....

SECRETO

SECRETO

N.º 128

- 49 -

ESTADO-MAIOR DA ARMADA - Eu apenas peço vênia a Vossa Excelência para encarecer a conveniência de que fôsse, ainda hoje, considerada, em primeiro plano, a proposta feita pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, quanto à conveniência de ser resolvida a questão da adoção ou não da expressão "para fins pacíficos"

.....

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Esse assunto está sendo muito bem meditado e será tomado em consideração. Algum Ministro deseja a palavra para qualquer observação?---

.....

MINISTRO DO INTERIOR - O meu Ministério não possui órgão para esse assunto, por isso, apreciamos pessoalmente, com toda a atenção o documento distribuído com o qual, em tese, estamos de acôrdo, naturalmente, consideradas as observações dos Ministérios da Marinha, e Exterior, que melhoram alguns aspectos da redação sem ferir objetivos. Entretanto, nêsse documento que vai traçar a política do govêrno, para mim é essencial também, a infra-estrutura que se pretende montar para atin - gir-se os objetivos desejados, bem como as condições de trabalho que serão criadas, porque, sem elas, nossos técnicos não terão o devido emprêgo. Salvo melhor juízo, somos de opinião que o Conselho Nacional de Energia Nuclear - CNEN - órgão de natureza burocrática pelas peias administrativas a que está sujeito, deveria ter a finalidade precípua de órgão consultivo e orientador de política nuclear. Julgamos, portanto, necessária a criação de um órgão executivo que, estatal ou não conforme a definição que lhe seja dada, com a finalidade de, no mais curto prazo, realizar o aproveitamento de energia nuclear, de forma autônoma, segundo os preceitos constantes do documento apresentado, sem a limitação "para fins pacíficos" como foi declarado. No Brasil nós já temos o exemplo do Conselho Nacional de Petróleo que foi considerado incapaz de implantar a política de petróleo, tendo surgido então a Petrobrás, que é hoje um patrimônio nacional. As grandes obras a serem executadas nesse setor, como o Ministro Magalhães Pinto assinalou, não poderão ser conduzidas se não houver, correspondentemente, uma grande organização para executá-las. Essa a nossa proposição, no sentido de que se estude um modo de estabelecer um organismo executivo da política do Govêrno nesse setor.-----

.....

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Vossa Excelência fez referência, por analogia, ao Conse

SECRETO

SECRETO

- 50 -

lho Nacional do Petróleo e à Petrobrás. Evidentemente, o Conselho Nacional do Petróleo é capaz e tanto é capaz que dá a orientação da política do petróleo à Petrobrás. Ela é subordinada ao Conselho. Agora, estamos caminhando para a criação de um órgão que execute a política de energia nuclear.-----

.....  
MINISTRO DO INTERIOR - Esse o aspecto! -----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Por enquanto, já existe um órgão trabalhando nesse sentido. Acredito que quando da necessidade de um Ministério de Tecnologia e Ciência quando tivermos condições de fazer algo real no setor, esses órgãos irão surgindo, naturalmente. Podemos, desde já, fazer previsões, conforme sua proposta, mas a verdade é que a Comissão Nacional de Energia Nuclear está seriamente empenhada e vive dentro dos organismos, que já produzem alguma coisa. Ela orienta, estuda, controla e acompanha, carinhosamente, todos os trabalhos nesse setor. Sei mesmo que ela vive dentro da grande Universidade de São Paulo onde há um reator produzindo trabalho na mineração e em outros campos de atividades. Esse órgão, portanto, surgirá como órgão executivo, na devida oportunidade. Tem a palavra o Senhor Ministro da Justiça.-----

.....  
MINISTRO DA JUSTIÇA - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho, apenas duas observações. Uma quanto à sistemática do documento que merece mesmo uma revisão bem ampla, de mérito. Outra, quanto ao item três ponto dois ponto hum, página sete, quando fala sobre as atribuições do Ministério das Minas e Energia, através da Comissão Nacional de Energia Nuclear, "coordenar e aprovar os problemas dos Centros de Pesquisa e de Ensino que se dedicam ao campo de energia nuclear." Esta matéria é da competência da Comissão Nacional de Energia Nuclear, apenas no nível técnico. Sendo os problemas de programa de ensino de competência das congregações das universidades, podem os programas de Matemática, de Metalurgia nuclear, de Física Teórica, ser subordinados à aprovação desse órgão do Ministério das Minas e Energia? Parece-me, portanto, seria bom esclarecer ou suprimir esse texto. Afigura-me que ele interfere na autonomia das Universidades a quem cabe, evidentemente, a elaboração de seus programas de ensino e de pesquisa. Essas as observações que

SECRETO



SECRETO

N.º 129

- 51 -

desejava fazer.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Elas serão tomadas em consideração, mas creio deverá haver uma ingerência de nível técnico.

MINISTRO DA JUSTIÇA - Exatamente.

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - A lei que criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear fala nessa aprovação, mas é claro que não se trata de programas de Matemática, etc. São as pesquisas relacionadas propriamente com o setor.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - É a pesquisa e não o ensino teórico, o ensino clássico, por isso Centro de Pesquisas no setor tem que ser controlado e aprovado pela Comissão.

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Mesmo porque há verbas para esses Centros.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O texto pode ficar o mesmo. Com a palavra o Senhor Ministro dos Transportes.

MINISTRO DOS TRANSPORTES - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho, sendo o objetivo principal o desenvolvimento da energia nuclear no Brasil, entendo que excessivas restrições ou limitações quanto à tecnologia e a capitais podem, inclusive, impedir esse desenvolvimento. Parece-me que esse problema deveria ser decomposto em duas fases. Primeiramente uma certa liberalidade, até atingir um determinado estágio para adotar, a seguir, uma política mais independente, tudo considerando que, no campo internacional, o que predomina sempre são os interesses nacionais de cada Estado. Então a política, no meu entender, deveria ser de início uma que nos permitisse atingir um determinado estágio técnico, com pequenas limitações e restrições, para daí partirmos para outra mais independente.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Mas as diretrizes gerais não podem abranger fases.

SECRETO

**SECRETO**

- 52 -

MINISTRO DOS TRANSPORTES - Mas foram muito discutidas as limitações quanto à tecnologia e capitais.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Já compreendemos. Tem a palavra o Senhor Chefe do Serviço Nacional de Informações.-----

.....  
CHEFE DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, o Serviço Nacional de Informações já possui uma vastíssima documentação sobre energia nuclear. Acredita mesmo ter alguma experiência, porque oficiais do seu quadro têm feito parte de comissões que vão ao estrangeiro, assessorando-as ou delas fazendo parte. Toda essa documentação, toda essa pequena experiência têm sido encaminhadas ao Conselho de Segurança Nacional, órgão para o qual o Serviço Nacional de Informações também trabalha. Por isso, o Serviço Nacional de Informações recebeu, com muito entusiasmo, o excelente trabalho preparado pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, e tem sobre ele apenas observações mais quanto à forma do que de fundo. A primeira refere-se ao grande mérito do documento, agora apresentado ao Conselho de Segurança Nacional, situando, de maneira muito precisa, as responsabilidades sobre a formulação e a execução da política nacional de energia nuclear, bem como as concernentes à elaboração e à implementação dos programas setoriais respectivos. Segunda, tratando-se de uma Diretriz, talvez melhor fôsse que se limitasse a enunciar as grandes linhas e os objetivos gerais de uma política, fixando a competência dos órgãos aos quais caberia elaborar os programas, isto em caráter marcadamente técnico. Para um segundo estágio, ficaria a definição das atribuições e responsabilidade dos diferentes órgãos governamentais, essas a serem propostas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear ao Conselho de Segurança Nacional e à aprovação do Senhor Presidente da República. Tratando-se de modificações mais de forma do que de fundo, como já disse, dispenso-me de apresentá-la em plenário, entregando-as, porém, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, para apreciação, se fôr o caso. Era o que tinha a dizer.-----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Solicito, agora, a palavra de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República.-----

**SECRETO**



SECRETO

N.º 130

- 53 -

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Gostaria de usar a oportunidade que Vossa Excelência me oferece, exatamente, para salientar que de todas as observações feitas, decorre uma conclusão do interesse despertado pelo documento, submetido à nossa apreciação. Não devemos jamais dar, assim, uma falsa impressão de que pudéssemos estar abordando assunto de natureza técnica. Limito-me a dar ênfase às observações feitas relativamente à questão da redação do documento, o que me parece fato de importância excepcional, porque é a expressão do pensamento dos órgãos de administração. Parece-me que não podemos perder de vista realmente o sentido de algumas palavras e expressões, o que aliás já foi acentuado, por exemplo: quando se fala que os "órgãos jurisdicionados ao Ministério das Minas e Energia", ficaria melhor dizer "órgãos subordinados". Também parece-me que deveria ficar bem esclarecida a questão das pessoas físicas e jurídicas, que possam ser consideradas como estrangeiras ou brasileiras. Esse assunto, se não for convenientemente examinado e resolvido no documento, vai apenas suscitar numerosas questões todas elas sem maior significação. Porque nós sabemos que o problema de nacionalização de pessoas jurídicas é daqueles que somente poderão ser resolvidos por lei, que não estão contidas num documento dessa natureza. Nós já temos aqui definido o que é uma pessoa jurídica estrangeira e uma pessoa jurídica nacional, de modo que não adianta criarmos aqui condições diferentes, para o efeito de se fazer ou não se fazer determinada concessão. O que importa realmente é que o órgão que tiver que tratar desse assunto verifique, não somente a organização e constituição da pessoa jurídica, como até mesmo a confiança que deva merecer, embora brasileira, para com ela se fazer o empreendimento. Nesse mesmo critério, nós teríamos que examinar as observações que foram feitas principalmente por parte do Ministro das Relações Exteriores sobre a questão das medidas de âmbito externo. E preciso que tenhamos bem em nota que, nem todas as medidas de âmbito externo, possam ser aquelas que venham a ser versadas em documento de caráter internacional e, para que não houvesse qualquer confusão a esse respeito, seria útil a melhor configuração dessas medidas. Quero apenas dizer a Vossa Excelência e aos senhores Membros do Conselho que as ponderações que faço têm um sentido de demonstrar o interesse que o assunto me despertou. ---

SECRETO



SECRETO

- 54 -

PRESIDENTE DA REPUBLICA - Eu pediria agora ao Ministro do Exterior que nos fizesse uma síntese do texto do tratado que nós assinamos no México e que se chama, Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.--

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Presidente, eu não tenho assim..

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - (interrompendo) - Ministro, somente a essência. Nós assinamos um tratado em que nos comprometemos a não cogitar do desenvolvimento da energia nuclear para fins bélicos. Assim, ou por outra, assinamos um tratado em que a energia atômica...--

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - O tratado proíbe... Artigo dezoito: "As partes Contratantes poderão realizar explosões de dispositivos nucleares com fins pacíficos - inclusive...--

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - (interrompendo) - Eu peço atenção.--

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ... inclusive explosões que pressuponham artefatos similares em armamento nuclear ou prestar sua colaboração a terceiros com os mesmos fins, sempre que não violem as disposições do presente artigo e as demais do presente tratado, em especial dos artigos um e cinco. -----

.....  
PRESIDENTE DA REPUBLICA - A essência é essa.--

.....  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - O tratado autoriza explosões para fins pacíficos, mas a proíbe, de maneira definitiva, para fins bélicos. Mesmo assim há uma grande pressão internacional, por que dizem, do conhecimento de matéria, inclusive da explosão para fins pacíficos, resultará facilmente na multiplicação do número de países que farão a bomba atômica. Então se não dermos ênfase no documento que a utilização é para fins pacíficos, tenho a impressão, Senhor Presidente, que vamos sofrer uma pressão muito maior, porque aí vão duvidar das intenções do Brasil. Como o Ministro do Exército o assinalou, em qualquer emergência, aquilo que

SECRETO

SECRETO

N.º 131

- 55 -

Já possuímos poderemos empregar.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Evidentemente.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Os documentos, por mais sigilosos que sejam, sempre podem ser filtrados e chegar ao conhecimento das grandes potências e dos países Latino-Americanos, países que assinaram conosco o Tratado do México. Tenho a impressão que farão um julgamento muito diferente entre as nossas intenções e os nossos pronunciamentos. Apesar de julgar que, realmente, no momento grave da história do país, aquilo que é para fins pacíficos pode se transformar para fins bélicos. Acho que não trará nenhum prejuízo para nós, qualquer ênfase que se dê ao uso para fins pacíficos, porque isso nos cobrirá nos vários pronunciamentos e na defesa intransigente que estamos fazendo, porque mesmo para fins pacíficos nós temos que ter unidade de vistas, temos que ter firmeza, porque do contrário não o conseguiremos. Há uma intenção deliberada de não deixar que esse assunto seja do nosso conhecimento, seja do conhecimento de outros países que não os do Clube Atlético.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Eu quis exatamente esse esclarecimento em virtude das propostas do Ministro da Indústria e Comércio e do Ministro do Exército que apoiaram e deram maior ênfase a que estamos presos a um contrato. Contrato que, no entanto, não impede que façamos pesquisas, lavras e até construção de artefatos que possam explodir. Não vamos chamar de bomba, vamos chamar de artefatos que possam explodir. Tudo isso nós podemos dizer, definindo a nossa intenção para fins pacíficos, porque assinamos um contrato internacional, que nos autorizou a ir a Genebra, e lá defender também o nosso direito soberano de país de tratar esse assunto em termos de potência internacional sem qualquer restrição.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Senhor Presidente, eu tenho a impressão que nós podíamos considerar a coisa assim no preâmbulo ou no início. Dizer que as Diretrizes visam a aplicação para fins pacíficos, depois não haverá mais necessidade de repetição.

SECRETO



**SECRETO**

- 56 -

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Isso seria omissão. Deve se dar ênfase à utilização da energia para fins pacíficos. Considerei esse ponto como o principal, porque os demais são problemas mais de forma, que serão levados em consideração. Todas as propostas serão consideradas para a redação definitiva a ser feita pela Secretaria-Geral do Conselho, tomando por base, justamente, as propostas apresentadas, aceitas pelo Presidente da República. Evidentemente algumas propostas são discutíveis e cabe a mim por decisão aceitá-las ou não. De qualquer forma, dentro em breve a Secretaria-Geral do Conselho distribuirá uma nova redação, aceitando muitas das sugestões, inclusive as de ordem redatorial, muito bem apresentadas pelo órgão competente, que é o Ministério da Educação e Cultura. Os Senhores prestaram um grande serviço ao Presidente da República discutindo, com toda a liberdade, colaborando, de maneira notável, para que cheguemos ao documento definitivo que será o ponto de partida para a programação, para o desenvolvimento nos terrenos da pesquisa, da lavra, da educação, da técnica, etc. A Secretaria-Geral elaborou esse documento básico que, como todos os documentos feitos em Gabinete fechado, porque é ultra secreto, precisava desse arejamento, o qual foi muito bem feito. Eu agradeço, muito sensibilizado, a colaboração de todos, particularmente aqueles que demonstrarem um interesse especial pelo assunto, certo de que todos os Ministros estavam interessados, como eu mesmo, apesar de não ter feito as minhas sugestões. Apreciei muito as sugestões mormente as do nosso Vice-Presidente da República que, com a sua alta sensibilidade jurídica, apresentou sugestões que serão aceitas e levadas em consideração. Agora estamos caminhando para as treze horas e convidaria todos os Membros do Conselho para um almoço no Palácio do Alvorada. Está encerrada a reunião. (às doze horas e quarenta minutos).



Presidente do Conselho de Segurança Nacional

**SECRETO**



SECRETO

N.º 133

- 57 -

*Lucas de Lima*  
Vice-Presidente da República

*Américo de Oliveira*  
Ministro Extraordinário para Assuntos  
do Gabinete Civil

*Luís Antônio de Figueiredo*  
Ministro da Justiça

*Augusto Humberto de Almeida*  
Ministro da Marinha

*J. de Sousa Tavares*  
Ministro do Exército

*José de Magalhães*  
Ministro das Relações Exteriores

*Antônio Carlos*  
Ministro da Fazenda

*Alcides de Almeida*  
Ministro dos Transportes

*Alcides de Almeida*  
Ministro da Agricultura

*Alcides de Almeida*  
Ministro da Educação e Cultura

*Barbosa de Passarinho*  
Ministro do Trabalho e  
Previdência Social

*Manoel de Sá e Melo*  
Ministro da Aeronáutica

*Luiz de Almeida*  
Ministro da Saúde

*Alcides de Almeida*  
Ministro das Minas e Energia

*Edmundo*  
Ministro da Indústria e  
Comércio

*Alcides de Almeida*  
Ministro do Planejamento e Coordenação  
Geral

*Rafael A. Lima*  
Ministro do Interior

*Alcides X. de Almeida*  
Ministro das Comunicações

SECRETO

SECRETO

- 58 -

*Gen Amilcar Thaum*

Chefe do Serviço Nacional de  
Informações

*Ten Brig Wanderley*

Chefe do Estado-Maior das Forças  
Armadas

*Alu.º Esq. R. M. M. M.*

Chefe do Estado-Maior da  
Armada

*Gen Orlando Guim*

Chefe do Estado-Maior do  
Exército

*Ten Brig Carlos A. O. Vampari*

Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

*Gen Jayme H. H.*

Secretário-Geral

SECRETO